

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/324779697>

Telepatia e percepção

Article in *Cognitio Revista de Filosofia* · February 2018

DOI: 10.23925/2316-5278.2017v18i2p344-375

CITATIONS

0

READS

313

1 author:



Lucia Dantas

2 PUBLICATIONS 0 CITATIONS

SEE PROFILE

Tradução

Translation

Telepatia e percepção¹

Charles Sanders Peirce

Tradução de **Lucia Ferraz Nogueira de Souza Dantas**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — Brasil

Doutoranda — Bolsista CAPES

luciadessouzadantas@gmail.com

PEIRCE, Charles S. Telepathy and perception. In: PEIRCE, C.S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. BURKS, A.W. (Ed.). v. 7-8. Cambridge: Harvard University Press. 1958. CP 7.597-688.²

Nota explicativa da tradução³

O texto aqui traduzido pela primeira vez para o português foi publicado no *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, v. 7, livro 3, capítulo 5, por Harvard University Press, em 1958. O manuscrito original, do qual os editores do CP se basearam, está na coleção da *Houghton Library*, em *Harvard University*, Cambridge — Estados Unidos, onde estão os mais de 80 mil manuscritos de Charles Sanders Peirce. No *Annotated Catalogue of the Papers of Charles S. Peirce*, publicado por Richard Robin em 1967, este manuscrito foi locado no conjunto de textos classificados sob a rubrica “Metafísica” [*Metaphysics*], e está identificado como MS [R] 881; no mesmo catálogo consta que o manuscrito é datado do ano de 1903, e está intitulado por Telepatia [*Telepathy*], a descrição diz que está numerado de 1 a 100, mais 49 páginas variadas,

- 1 N. Ed. CP: “Telepatia”, incluindo algumas páginas alternativas (*Widener* IC1-a, b), com cortes, e com uma citação adicionada em 597 n3. Este manuscrito é datado de 1903 com base nas datas dadas na próxima nota de rodapé. Referências a um manuscrito sobre a telepatia na correspondência de Peirce-James (coleção de James, *Houghton Library*), com o que parecem ser comentários feitos com a caligrafia de James, na margem da primeira parte do manuscrito, e uma data cruzada na última seção do manuscrito. Este foi um primeiro rascunho do qual Peirce pretendia extrair um artigo de revista. Peirce dividiu o manuscrito em seis seções (sem títulos). As seções seguem a divisão feita por Peirce, mas os subtítulos foram acrescentados pelo editor.
- 2 A comunidade de estudiosos de Peirce utiliza a seguinte notação para citação: CP indica *Collected Papers*; o primeiro número designa o volume e o segundo o parágrafo.
- 3 Agradeço a Regina Maria Chermont Ararigboia de Souza Dantas e ao Prof. Dr. Luís Rodolfo Ararigboia de Souza Dantas pela generosa colaboração, com importantes contribuições, na minuciosa revisão desta tradução. Agradeço ao Prof. Dr. Ivo A. Ibri pelo incentivo para esta tradução e por todos os ensinamentos, sem os quais não teria sido possível realizar este trabalho.

e foi publicado em parte no CP 7.597-688, exceto pela nota 3 do parágrafo 597, conforme também consta na primeira nota de rodapé do editor do *Collected Papers* aqui traduzida.

Para a presente tradução optamos em conservar, além do título, os subtítulos dos capítulos, bem como a notação de volume, capítulos e parágrafos que constam no *Collected Papers*, são eles: §1. Telepatia (CP 7.597-7.603); §2. A atitude científica (CP 7.604-7.614); §3. Percepção (CP 7.615-7.636); §4. Um programa (CP 7.637-7.641); §5. O Percipuum (CP 7.642-7.681); §6. Conclusão (CP 7.682-7.688). Também foram traduzidas as notas de rodapé publicadas no *Collected Papers* — tanto as notas do editor (N. Ed. CP), como as notas incluídas na edição do CP do próprio Peirce (N. CP).

Todavia, vale ressaltar que embora o manuscrito tenha sido assinado e numerado, o original continha apenas o título aparentemente provisório “Telepatia”, o título “Telepatia e percepção” foi dado na ocasião de publicação por Arthur Burks, editor do v. 7 do *Collected Papers*. O texto provavelmente foi identificado assim, pois, segundo Burks, há uma correspondência entre Peirce e James que menciona um artigo intitulado Telepatia, há inclusive anotações laterais que parecer ter sido feita com caligrafia de James. Contudo, entendemos que se Peirce tivesse publicado este artigo, como parece ter sido seu intuito, provavelmente teria lhe dado outro título, mais elaborado, a exemplo dos outros textos publicados por ele. Nossa suposição tem por base não apenas a leitura cuidadosa do texto como um todo, mas sobretudo, em especial, uma passagem no § 644, onde, ao discorrer acerca da diferença entre a percepção e a alucinação, ele afirma que: “[...] para fins lógicos, isto é, em relação às suas relações com o conhecimento e a crença, que é a preocupação de todo este artigo, devem ser considerados como um só e o mesmo fenômeno, neles mesmos.” Neste sentido, parece lícito afirmar que o objetivo central do texto é tratar acerca das ocorrências e peculiaridades da percepção no interior do processo de conhecimento como um todo, em específico, nos meandros da investigação científica, e as decorrentes consequências na fixação das crenças. Logo, não se pode aferir este artigo como um texto que trata apenas das idiossincrasias do fenômeno da telepatia em específico, como faz crer o título atribuído.

Além disso, dado que datação atribuída a este texto é de apenas alguns meses após as fundamentais Conferências de Harvard [*Harvard Lectures on Pragmatism*], possível constatar que este artigo, não só aprofunda e retoma vários pontos do percurso reflexivo exposto nas palestras proferidas por Peirce em 1903 — com destaque para a teoria da percepção, e um importante esclarecimento da correlação entre o processo perceptivo e as três categorias fundamentais por ele estabelecidas — como também é um raro exemplo de texto estruturado e finalizado, escrito no momento considerado de maturidade intelectual do pensamento peirciano, pois, embora Peirce tenha deixado uma vasta coleção de manuscritos, publicou muito pouco em vida.

* * *

§1 Telepatia

7.597. Recentemente, um breve debate entre o posicionamento de um físico de prestígio e um célebre psicólogo chamou a atenção do público, mais uma vez

sobre este assunto [telepatia].⁴ As observações do Prof. Trowbridge expressam, em maior ou menor medida, uma atitude típica de um físico em relação à hipótese da telepatia e à pesquisa psíquica [*psychical*]. Eu considerarei, ao invés daquela atitude mais típica, os pontos especiais que este excelente psíquico abordou. Pois eu fui iniciado em física desde a infância, tendo, principalmente, convivido com físicos, e compartilhado plenamente com eles seus preconceitos, fossem eles legítimos ou ilegítimos. Na ocasião da criação da Sociedade de Pesquisa Psíquica, eu reprovei os físicos que lhe emprestaram o seu prestígio, com o argumento de que ao fazê-lo, eles estariam incentivando os jovens a dedicarem os seus melhores anos de vida a uma pesquisa pouco promissora, com a qual esses homens estariam em grande perigo de se comprometerem, uma vez que parece que eles deveriam obter algum resultado positivo para mostrar depois de tanto tempo gasto, ou melhor, tanto tempo reduzido a um angustiante reconhecimento de fracasso. Quando o extenso livro “Fantasmas dos vivos” [*Phantasms of the Living*] foi lançado, eu escrevi uma longa e minuciosa crítica sobre ele,⁵ argumentando que ele só mostrou que nenhuma conclusão científica poderia ser alcançada pelo exame de histórias esporádicas e fenômenos não analisados. Assim, tenho pouca necessidade de consultar outros para fazer justiça à típica reprovação dos físicos às hipóteses e aos métodos dos telepáticos. Por outro lado, desde que Wundt inaugurou a ciência moderna da psicologia, por volta de 1862 (data da publicação de seu livro *Beiträge zur Theorie der Sinneswahrnehmung*)⁶, eu tenho acompanhado este estudo, tanto experimentalmente, como especulativamente, e sou, portanto, mais capaz que muitos físicos para apreciar as opiniões dos psicólogos.

7.598. Deixe-me tentar explicar a atitude do físico. Muitas pessoas imaginam que há uma certa classe de fatos que é repugnante para o físico reconhecer. Isso não é verdade. Se houvesse uma tal classe de fatos, os fenômenos relacionados com o rádio fariam parte desta classe. No entanto, não houve nenhuma disposição em ignorar estes fenômenos. Mas o físico reconhece que um fenômeno não tem nenhuma utilidade a ele, a menos que tanto o fenômeno como suas condições possam ser submetidos a uma exata análise. Além disso, as únicas teorias que podem ter qualquer valor para ele são aquelas das quais se pode deduzir previsões exatas capazes de verificação exata. Enquanto houver um fato isolado e estranho é quase impossível certificar-se de que é um fato, e realmente impossível torná-lo útil para a ciência. Os físicos estão, sem dúvida, inclinados a descredenciar fatos

4 N. Ed. CP: John Trowbridge. “Telepatia”, In: *The Nation* 76 (16 de abril de 1903); e William James. “Telepatia mais uma vez” *ibid.*, (23 de abril de 1903).

5 N. Ed. CP: Bibliografia Geral -1887-3, “*Criticism on ‘Phantasms of the Living’...*” [Crítica acerca dos fantasmas dos vivos...] Em um fragmento da Biblioteca de Houghton, Peirce diz: “*Fenômenos para os quais os pesquisadores psíquicos invocam telepatia podem ser explicados pela ação mental inconsciente, após severo escrutínio do testemunho e com auxílio da doutrina do acaso.*” Cf. Bibliografia Geral -1887-3, p. 194. O fragmento conclui: “*Oito anos atrás, na aparência da obra laboriosa, Fantasmas dos vivos, examinei a questão com cuidado, declarando isto como muito duvidoso, e rejeitei provisoriamente toda a teoria. Revisando o estado da questão neste ano, não encontro nenhuma mudança decisiva em qualquer direção.*” Esta referência interna data o fragmento de c. 1895.

6 N. T.: Tradução do alemão: “*Contribuições para a teoria da percepção sensorial.*”

de que eles, como físicos, não podem fazer uso. Mas isso é uma mera questão de *crença* pessoal deles, e isso não pode afetar sua conduta como físicos. Assim, em relação aos aerólitos, enquanto havia meros relatos dispersos que relatavam que pedras caíram dos céus por longos períodos, embora alguns desses eventos tenham sido muito bem testemunhados – quando umas chuvas dessas pedras se despedaçaram em uma praça pública de Siena – deve-se admitir que os mais geniais físicos ficaram demasiadamente inclinados a desdenhar da questão. Isso era meramente uma “crença”. No entanto, um físico, Chladni, pensou em elaborar um catálogo com todos esses relatos – usando, não eram “evidências de cartão postal”, uma vez que os cartões postais ainda não estavam em uso, mas testemunhos [ao vivo], que tomados isoladamente, estavam, em grande parte, longe de oferecer segurança científica satisfatória. O resultado mostrou que as pedras caem do céu todos os dias (nós agora sabemos que milhares caem diariamente). Assim, o assunto tornou-se aberto à investigação científica, e as “crenças” pessoais desfavoráveis dos físicos deram lugar ao reconhecimento geral de que o fato havia sido estabelecido.

7.599. Suponhamos que não soubéssemos absolutamente nada sobre eletricidade, exceto as histórias de bolas de fogo. Então, não faria nenhuma diferença para os físicos, enquanto investigadores físicos, que esses relatos fossem verdadeiros ou não, uma vez que não haveria nenhuma maneira pela qual uma subsequente investigação física pudesse prosseguir com relação a sua natureza. Não seria problema deles, profissionalmente, mas pessoalmente sua “crença”, em geral, seria que são fantasias.

7.600. A teoria da telepatia consiste em que alguns casos uma mente age sobre outra, diretamente ou não, de qualquer maneira, é fundamentalmente por meios diferentes daqueles que a experiência diária se torna familiar. Como uma teoria científica, ela praticamente condena a si mesma, pois dizer que um fenômeno é fundamentalmente diferente de qualquer coisa na experiência comum, é praticamente dizer que ele é de tal natureza que impede sua dedução por múltiplas previsões exatas e verificáveis pela percepção comum. Quase a única sustentação alegada para esta teoria consiste em certas experiências extraordinárias que se diz terem acontecido a uma mínima fração da humanidade. Se estes forem os únicos fatos no caso, são fatos com os quais a ciência não pode ter nada a fazer, uma vez que a ciência é a atividade que averigua lei, ou seja, o que sempre acontece.

7.601. Suponhamos que fosse verdade que essas histórias maravilhosas provassem a doutrina da telepatia. Então, o que seria o que teria sido provado? Por que muito raramente uma mente age sobre uma mente de uma maneira completamente diversa da maneira normal. Isto não seria uma contribuição para a ciência. Isto seria, no caso pressuposto, apurado que, por vezes, ocorre um maravilho e impenetrável mistério. O interesse da ciência, contudo, é para com os fatos inteligíveis. Ciência não nega mais que há milagres e mistérios que se impõem a ela. Mas é um postulado – uma esperança – da ciência, e de todo o raciocínio sadio, que qualquer *fato dado* a que nossa atenção seja direcionada, venha a ser inteligível.⁷ Isto seria justamente considerado loucura para um comandante-em-chefe – para o “desespero da república” – e seria igualmente monstruoso para um investigador perder a

7 N. Ed. CP: Cf. CP 5.354 e CP 2.654.

esperança com a compreensibilidade de seu problema. Os psiquistas [*Psychicists*]⁸ gostam de nos lembrar que os fatos mais familiares estão cheios de mistério. Que assim sejam em um sentido metafísico, e é justamente esta a razão pela qual os físicos renegam a investigação metafísica e procuram entender os fenômenos apenas no sentido de estabelecer suas relações exatas com outros fenômenos. Portanto, o que é absolutamente desligado e dissociado do corpo da experiência comum é absolutamente além da compreensão científica.

7.602. Partilhando esses sentimentos comuns a todos os físicos, quando “Fantasmas dos vivos” apareceu – aquela vasta coleção de histórias bem crivadas, diante das quais os srs. Gurney, Myers e Podmore tentaram provar a teoria da telepatia – eu senti que iria logo acreditar no espiritualismo. De acordo com esta última teoria, nós *todos* passamos para uma outra vida, nem mesmo esta experiência comum a todos nós, seria mais maravilhosa do que o desenvolvimento que todos nós suportamos quando a criança se torna uma pessoa adulta. Se a telepatia for um fato, por que deveria ter o estranho caráter de ser excessivamente infrequente, tão contrária à onipresença de todas as outras instâncias da natureza? Sendo tão extremamente infrequente, já há muito tempo, não seria de poder supor, senão, que não tenha se tornado nem bem conhecida, nem além de qualquer suspeita. Nem os psiquistas conseguiram obter o menor vestígio disto nas pessoas comuns. Se por um lado supomos que há comunicações do outro mundo, não há nada de surpreendente em que sejam infrequentes. Visto que com aversão e indiferença o velho espírito deve retirar-se na petulância e na cegueira das finalidades, das vilanias, das mesquinhas, e nas imundices dos métodos dos habitantes deste mundo, que, como eles bem veem, estão no fundo de seus corações, satisfeitos por se livrarem dele, e que têm que dar conta de sua própria salvação, sem interferência – dos desagradáveis pequenos duendes.⁹ Seguramente, o abismo que o espiritualismo tem que pressupor entre os dois mundos tem uma leve inclinação em comparação com o abismo que a telepatia abre no coração da experiência, entre a ordinária e a extraordinária intercomunhão entre mentes.

7.603. Os senhores Gurney, Myers e Podmore, ao pedirem à razão humana que admitisse que uma classe de fenômenos está separada da experiência comum, muito mais do que qualquer fenômeno que se acreditava até então, pareceu-me estarem quase pedindo para a razão admitir que a sua esperança para compreender as coisas – seu único objetivo – é fútil. E em consequência disto, eu fiquei inclinado a escrever uma elaborada crítica sobre o livro deles, para mostrar que alucinações são muito comuns, enquanto alucinações coincidentes com a verdade, mas para além da compreensão dos sentidos, são muito raras; e que depois que os casos suspeitos são removidos,

8 N.T.: i.e., parapsicólogos, aqueles que pesquisam os videntes, paranormais, médiuns, telepatas, telepáticos. Optamos pela tradução “psíquica” por ser mais literal, embora seja menos usual; já que os outros termos citados acima também existem na língua inglesa, entendemos que é possível que a utilização de “*psychicists*” tenha sido uma escolha deliberada de Peirce, talvez por ser mais abrangente e mais neutra.

9 N. Ed. CP: Seria diferente se a teoria de Hobbes, de La Rochefoucauld e de outros pensadores dos primórdios da filosofia moderna fosse verdadeira, e o homem não pudessem agir de outra maneira a não ser de maneira egoísta. Mas esta teoria, que repousa sobre uma falácia lógica, não é sustentada por nenhum fato e é refutada por muitos.

essas coincidências podem muito bem ser supostamente fortuitas. Ao mesmo tempo, eu tentei determinar por análise lógica quais eram as condições em que um certo registro oficial de alucinações deve se adequar, a fim de dar suporte sólido para a contestação dos telepatas de que as alucinações verídicas¹⁰ seriam numerosas demais para serem contabilizadas como meras coincidências casuais. A Sociedade, de pronto, se movimentou para fazer um novo censo. Gostaria de poder lhes dar os cumprimentos por averiguarem isso, e ao fazê-lo, eles foram influenciados por minhas razões ou por quaisquer razões melhor reconhecidas. Mas eu sou obrigado a tirar o chapéu, pois até agora eles falharam em se conformar às condições que eu tinha indicado como sendo requisitos – e na direção de favorecer sua doutrina da telepatia – e agora a questão está como era antes, uma questão em que cada homem responderá de acordo com suas predileções, tanto quanto ao seu nascimento, ou à sua experiência geral, ou aos caminhos da natureza, ou a algum episódio de sua vida privada.

§2 A atitude científica

7.604. Me desculpe. Para a problemáticas em questão entre o físico e o psicólogo, o recente embate foi o mais próximo que os pesquisadores psíquicos chegaram a ter como de homens de ciência. Agora, por mais que a análise raciocinativa possa ajudar para uma decisão sobre este ponto, a resposta deve finalmente repousar, como todos os outros juízos acerca do caráter dos homens, sobre o testemunho de impressões instintivas. E um dos meus propósitos neste artigo é prestar o testemunho das minhas próprias impressões acerca deste assunto. Para então, encontrar-me numa situação que clama pelo dizer da verdade, a verdade eu direi, sem exagero ou atenuação, tão precisamente o quanto puder, seja o que custar.

7.605. Há duas qualificações que todo verdadeiro homem de ciência possui, e que se um homem os possui, é certo transformar-se em um homem científico com o tempo, se é que ele já não deveria ser chamado assim. Em primeiro lugar, a paixão dominante de toda a sua alma deve ser em descobrir a verdade em algum departamento, independentemente de que cor esta verdade possa vir a ser. Em segundo lugar, ele deve ter um dom natural para o raciocínio, para o pensamento severamente crítico. Talvez um homem que tivesse bebido da fonte da eterna juventude não necessitasse, no início de sua carreira, possuir nenhuma dessas qualificações: ele iria, infalivelmente, virar, enfim, um homem de ciência, porque a incessante ação da experiência acabaria por produzir essas duas qualidades nele. Pois vemos que, em certa medida, no curso da história, esse efeito foi produzido sobre o homem civilizado em geral.

10 N. Ed. CP: A palavra “verídico”[*veridical*] foi primeiramente utilizada como um termo de arte pelo Sr. Myers, no sentido de coincidir com a verdade, seja fortuitamente ou provocadamente. É contrário à ética da terminologia mudar o significado de um termo de arte sem necessidade. Seu autor não tem mais direito de fazer isto, do que qualquer outra pessoa. No entanto, no Dicionário de Baldwin, onde a precisão da definição deveria ter sido a primeira consideração a ser tomada, a Sra. Sidgwick limita o termo ao que é determinado por uma causa geral como verdade, sem a menor indicação de que ele tenha sido usado em qualquer outro sentido. A frouxidão da fala e a frouxidão do pensamento são da esposa e do marido. Falarei do “simplesmente verídico” e do “determinadamente verídico”, nos sentidos mais amplo no sentimos mais estrito do termo.

7.606. Em certa medida, eu digo que o amor à verdade ainda está longe de ser vigoroso, e esta dádiva ao raciocínio ainda é tão rara quanto é o talento um dom para a música. A maioria dos homens é incapaz de ter um forte controle sobre suas mentes. Seus pensamentos são como instinto, hábito, como associação sugerida, sobretudo. A crítica aos seus pensamentos se limita à reconsideração e ao questionamento se suas ideias parecem razoáveis. Eu não chamo isto de raciocínio: eu chamo isto de reflexão instintiva. Para a maioria dos propósitos esta é a melhor maneira de pensar, pois o instinto se engana muito menos do que a razão. Raciocinadores¹¹ [*Reasoners*] correm o risco de cair em sofismas e pedantismos. Nossas maneiras instintivas de pensar tornaram-se adaptadas à vida prática, assim como o resto de nossa fisiologia se adaptou ao nosso meio ambiente. Ter sabedoria reside em se discernir bem em que ocasiões deve-se guiar pelo raciocínio e as ocasiões para se guiar por instinto. Alguns dos meus mais estimados amigos têm sido quase incapazes de raciocínio, e, no entanto, eles têm sido homens de juízos sólidos, incisivos e sagazes. Tão mais importante é, em geral, sentir-se certo do que raciocinar profundamente. Mas na ciência o instinto só pode desempenhar um *papel* secundário. A razão disto é que nossos instintos são adaptados à continuidade da raça e, portanto, à vida individual. Mas a ciência tem um futuro indefinido perante si, e o que ela pretende é obter o maior avanço possível em conhecimento em cinco séculos ou dez. Sendo o instinto não adaptado para este propósito, os métodos da ciência devem ser artificiais. Como o professor Trowbridge sugere, a ciência pura não tem nada a ver com a *crença*. O que eu *acredito* é o que eu estou preparado para seguir hoje. Imagine um general sitiando uma cidade. Ele se senta em sua barraca durante à noite, preparando os detalhes de seu plano de ação para o dia seguinte. Ele pensa sobre quais as ordens que ele deve dar, e talvez que todo o destino de seu exército dependa de uma certa questão de topografia, e quanto a isto, ele necessita de informação. Ele manda chamar o seu melhor oficial de engenharia – um homem altamente científico – e pergunta como ele verificaria o fato em questão. O oficial responde: “existe apenas uma maneira de verificar isto. E assim deve ser feito.” “Quanto tempo isso vai levar?” “Dois ou três meses.” O general dispensa o homem de ciência – como Napoleão dispensou Laplace – e chama por outro oficial, não tão científico, mas bom em adivinhar. O que este oficial disser, o general acolherá. Ele vai seguir conforme sua crença.

7.607. Além das duas qualificações gerais mencionadas, todo homem científico precisa de um treinamento especial em seu campo particular de pesquisa. E além disso, este campo provavelmente exigirá a posse de algumas qualidades mentais, fisiológicas, e vantagens instrumentais para a operação de um ramo especial de fatos. Eu não estabeleço “poder de observação” entre as qualificações gerais, porque esta frase abrangente uma variedade de capacidades, que nada têm em comum, das quais um naturalista irá requerer uma, e um astrônomo outra, um linguista uma terceira, e um psicólogo uma quarta, e assim por diante. Além disso, tem havido

11 N. T.: Tradução de *Reasoners*. Mesmo que a palavra “raciocinadores” não seja usual, optamos em manter a escolha específica do termo – o sentido raciocinar parece ser fundamental na oração – para diferenciá-la de palavras que poderiam configurar como sinônimos, tanto em inglês, como em português, mas que Peirce utiliza diferenciadamente no artigo, cada qual no seu sentido estrito, a saber: pesquisadores [*researchers*], pensadores [*thinkers*]; investigadores [*inquirers*].

algum exagero acerca dos poderes de observação dos homens científicos. E nesta qualidade, na qual esta frase parece se adequar melhor, o poder de se notar as próprias sensações, precisamente, sem que sejam afetadas por suas próprias interpretações, os cientistas da maioria dos campos são decididamente inferiores aos artistas. Não devo, portanto, atribuir grande importância aos grandes poderes gerais de observação como distintivos dos homens de ciência. Mas devo dizer que os melhores pesquisadores psíquicos estão no topo da classificação a esse respeito, em comparação com os cientistas em geral.

7.608. Ao considerar até que ponto eles possuem as características essenciais dos cientistas, observo primeiro que os amadores, os ociosos, e as pessoas não muito doutas, naturalmente são arrebanhadas pela Sociedade de Pesquisa Psíquica, e estão proporcionalmente mais presentes do em outras grandes associações científicas. Mas essas não são as pessoas que estão sob consideração. São somente os homens que dedicaram todo o vigor de suas energias de vida a este trabalho, alguns dos quais sucumbiram a esta tensão, e os quais devo tentar classificar.

7.609. Quanto à sua devoção à verdade, tenho de me lembrar que, desde que eu os conheci, eles têm sido sérios o que se pressupõem que sejam homens que não iriam embarcar em qualquer empreendimento sem ponderar cuidadosamente suas circunstâncias. Portanto, no momento em que qualquer um desses homens deliberadamente dedicou sua vida e todo o seu ser a esta investigação, como vários o fizeram, ele certamente teria claramente diante de sua mente as seguintes considerações: de que seria um trabalho duro e incessante, sobretudo penoso, e que iria exigir-lhe que se ocupasse de, sobretudo, malandros e tolos. Que lhe custaria muito dinheiro, considerando tudo o que o impediria de ganhar. Que nunca lhe traria muita honra, ao contrário, lhe colocaria um certo selo de descrédito, mesmo diante daqueles que professaram amar a verdade, e que deveriam abraçá-lo com todo o coração, como a um irmão. Seriam encontrados nas ciências mais ricamente dotadas, indivíduos que o tratariam com o espírito mais estreito e mais desprezível que os ventos orientais. Que depois de toda uma vida ter sido dedicada a esta investigação, não seria improvável que ele pudesse não encontrar nada.

7.610. Estas considerações mostram que quaisquer que tenham sido as aspirações desses homens, eles têm se dirigido para um único ponto central. Ou eles estariam desejosos em acreditar especificamente na doutrina da telepatia, ou eles estariam inclinados a descobrir a verdade, seja lá qual for?

7.611. Eu não condigo ver que haja qualquer coisa particularmente confortável acerca de uma crença em telepatia. Com certeza, ela retira, ou enfraquece muito a força das evidências, tal como poderiam parecer ser ao espiritualismo. E, sem dúvida, para muitas pessoas que conjecturam, a perspectiva de outra vida é bastante desagradável. Mas quem vai acreditar que o principal motivo dos telepatas tem sido o de escapar dos pensamentos de que há outro mundo? Tais pensamentos não são problemáticos o bastante para isso.

7.612. Eu tive uma controvérsia um tanto prolongada com Edmund Gurney, que foi apenas interrompida pela sua morte, e isto me levou a ter um bom contato com o espírito daquele homem. Fiquei muito fortemente impressionado com a pureza de sua devoção à verdade. Esta impressão tem sido completamente convincente nos

casos de outros que eu conheci pessoalmente, mas que eu não os nomearei, porque eles ainda estão vivos.

7.613. O poder do raciocínio dos líderes é certamente muito superior ao da média dos homens. Isto não me parece ter sido inteiramente suficiente para a questão deles. A hipótese da telepatia não me parece ter muito mérito enquanto um modelo de método científico. Acredito que se os pesquisadores tivessem sido melhores raciocinadores, eles não teriam gasto tanto tempo em coletar relatos de acontecimentos extraordinários, mas sim, eles teriam destinado suas energias no esforço para conectar os duvidosos fenômenos extraordinários com a experiência comum. Nesta direção, o pouco que eles fizeram me parece frágil e mostra a falha de sua análise.

7.614. Quanto à formação científica e qualificações especiais, os psiquistas, me parecem terem sido amplamente providos com tudo o que seu método pudesse abrir de espaços. A exposição que eles fizeram de várias fraudes foi pura e profissional, e eles fizeram uso de números, até onde os números podem ser aplicáveis. O Prof. Trowbridge reclama que eles não fizeram nenhuma medição, e que isto coincide com a minha queixa de que eles não têm suficientemente se esforçado em apresentar seus fenômenos em relação com a experiência comum. Pois, para isso, os fenômenos teriam de ser analisados, e só então, e não antes, as medições seriam aplicáveis. O Prof. Trowbridge não vai esquecer que nos estágios iniciais da física, não havia medidas. Galileu, Gilbert e outros fizeram consideráveis progressos antes de chegarem a um estágio em que pudessem fazer quaisquer medições sobre as quais eles poderiam discorrer. Mas eles exibiram grande habilidade em analisar os fenômenos. E eu concordo que os psiquistas não exibiram prova de serem capazes em fazer isso. Deve-se lembrar, no entanto, que eles estavam apenas desbravando um campo virgem, completamente intratável e confuso. Eles estão fazendo um bom trabalho honesto, não encolhendo o trabalho, e procedendo inteligentemente, se não com grande genialidade. O campo da física está há muito tempo sendo cultivado, as mais caras ferramentas, e os mais refinados métodos estão aqui em uso. Então, vieram esses novos colonizadores, ocupando terras nada fáceis de cultivar e pobres em recursos. Venha, vamos torcer o nosso nariz para eles, fofocar sobre seus modos suspeitos, e deixá-los sentir a diferença entre eles e nós. Quem sabe se eles são mesmo honestos?

§3 Percepção

7.615. Se houvesse apenas uma maneira de reconciliar a ordem usual da natureza, como nos é familiar, com a possibilidade de casos raros de quase-visão, para além da consciência dos sentidos, então concordo que os testemunhos apresentados no “Fantasmas dos vivos” seriam suficientes para evidenciar a imensa probabilidade de que esta rara quase-visão realmente ocorra. Pois, afinal, a teoria do acaso coincidente introduz certa tensão sobre nosso instinto em receber testemunhos, e instinto natural não é uma coisa a ser facilmente desconsiderada.

7. 616. Seria mesmo certo que uma visão tão esporádica, mas muito rara, embora decididamente verídica das coisas, para além do reconhecimento dos sentidos, seria completamente distinta da experiência cotidiana? Quanto a isso, tenho uma sugestão a fazer.

7.617. Não é raro ouvir um homem ou uma mulher dizerem: “eu acredito no que vejo, e nada mais.” Mas geralmente seria necessário muito pouco de um questionamento cruzado para mostrar que isto é um exagero. Não há muitas pessoas, mesmo aquelas que se gabam de serem materialistas, que realmente não acreditam que o que elas pensam não é aquilo que elas próprias percebem diretamente, por qualquer sentido, seja periférico ou visceral: polônio, a cidade sagrada do Tibete, George Washington, o período glacial, que amanhã os movimentos estarão em conformidade com as três leis de Newton. Mas eu mesmo, tal como um pequeno, mas seletivo círculo, sou um pragmatista, ou “empirista radical”,¹² e como tal, não acredito em nada que eu não (tal como penso) percebo: e estou longe de acreditar em tudo isso.

7. 618. Surge, então, a pergunta: o que nós percebemos? Não nos predisporíamos a respondê-la escolasticamente, com uma definição arbitrária que pudesse ser mal considerada. Antes, deixemo-nos partir de instâncias familiares, para percebermos qual é a relação desta pergunta com a formação das opiniões científicas, para encontrarmos, então, uma definição que deve recobrir tudo o que está relacionado ao conhecimento e nada mais.

7. 619. Digamos que enquanto estou sentado aqui escrevendo, vejo do outro lado da minha mesa uma cadeira amarela com uma almofada verde. Isso seria o que os psicólogos chamam de “percepto” (*res percepta*). Frequentemente, eles também o chamam de “imagem”. Com respeito a este termo eu não farei nenhuma ponderação. Apenas deve-se estar atento para qualquer falsa impressão que este termo possa sugerir. Ou seja, uma “imagem” geralmente significa algo destinado a representar – virtualmente preconizado a representar – alguma outra coisa, real ou ideal. Assim entendida, a palavra “imagem” seria um termo impróprio para um percepto. A cadeira que eu pareço ver não professa nenhuma outra coisa, essencialmente não incorpora intenções de qualquer espécie, não advoga para nenhuma outra coisa. Se opõe a si mesma contra meu olhar, mas não como um representante de alguma outra coisa, não “enquanto” outra coisa. Ela simplesmente bate no portal de minha alma e fica lá diante da entrada.

7. 620. Ela é muito insistente, por todo o seu silêncio. Seria inútil para mim tentar refutar isso, e dizer: “ora, ora, eu não acredito na cadeira”. Eu sou forçado a confessar que ela aparece. E não só ela aparece, mas me perturba, em maior ou menor grau. Eu não posso pensar que a aparição não está lá, nem posso dissipá-la como eu faria se fosse uma fantasia. Eu só posso me livrar dela por um esforço de força física.

7.621. É uma coisa poderosa. No entanto, não oferece nenhuma razão, defesa, ou pretexto para sua presença. Não reclama ter qualquer direito de estar lá. Impõe-se sobre mim silenciosamente.

7.622. Tal é o percepto. Agora, qual é a sua relação lógica com o conhecimento e a crença? Isso pode ser resumido em três itens, como segue:

- 1º: ele contribui com algo positivo. (Assim, a cadeira tem suas quatro pernas, assento e encosto, sua cor amarela, sua almofada verde, etc. Aprender isto é uma contribuição ao conhecimento.)

12 N. Ed. CP: ver CP V, *Pragmatismo e Pragmaticismo*.

- 2º: ele *compele* o percebedor a reconhecê-lo.
- 3º: ele nem oferece qualquer razão para tal reconhecimento, nem oferece qualquer pretensão de razoabilidade. Este último ponto distingue o percepto de um axioma. Sou um total incrédulo em axiomas, até mesmo quando uma proposição diz que uma linha reta é a distância mais curta entre dois pontos, mesmo que *pareça* evidente em si mesma, que pareça ser *razoável*. Tanto quando é baseada na razão ou na natureza das coisas, tanto quando é *baseada* em alguma coisa que se recomenda a si mesma. O percepto, ao contrário, é absolutamente obtuso. Ele age sobre nós, ele se impõe sobre nós, mas não direciona para uma razão, nem *apela* para qualquer coisa que o endosse.

7. 623. Digamos, então, que em termos de lógica, qualquer coisa deve ser classificada sob as espécies da percepção, onde um conteúdo qualitativo positivo é forçado ao reconhecimento de alguém sem qualquer razão ou pretensão de razão. Haverá, pois, um gênero mais amplo de coisas *tomando parte* do caráter da percepção, se houver qualquer assunto de caráter cognitivo que exerça uma força sobre nós, *tendendo* a fazer-nos reconhecê-lo sem qualquer razão *adequada*. Mas, a fim de satisfazer plenamente a justificativa de se classificar as coisas nesta espécie e neste gênero, tudo o que se propõe em referência a elas, seria desejável examinar um pouco mais de perto a natureza do percepto.

7.624. Um percepto visual se impõe sobre mim em sua totalidade. Não estou consciente de nenhum processo mental pelo qual a imagem tenha sido construída. Os psicólogos, no entanto, são capazes de dar alguma conta desse assunto. Desde 1709, eles têm provas suficientes (tal como a maioria deles concorda) que, apesar de seu aparente primarismo [*primitiveness*],¹³ todo percepto é produto de processos mentais, ou está em todas as ocorrências de processos mentais, em todas as intensões e propósitos mentais, exceto naqueles que não estamos diretamente cientes, e estes não são processos de pouca complexidade. Os psicólogos argumentam, muito razoavelmente, que as primeiras impressões geradas sobre os sentidos devem ter sido sentimentos de qualidades – a saber, cores, sons, etc. – desconectados uns dos outros, e não parecendo estar em oposição a um eu enquanto objetos. E parece que isso deve ter sido verdade *logo* nas primeiras impressões já feitas sobre a faculdade sensorial [*sense*]¹⁴ na história do desenvolvimento mental. Entretanto, o senso individual do homem de hoje estaria longe de estar apto a tonar-se capaz

13 N.T.: Tradução de “*primitiveness*”, optou-se por utilizar o termo “primarismo”, e não a palavra “primitivismo”, para preservar o sentido original do texto em inglês, e também porque primitivismo é o nome dado a uma escola artística, e o seu uso é posterior à data do texto, o que poderia acarretar maus entendidos.

14 N.T.: Tradução de “*sense*”, que significa faculdade sensorial, sensibilidade ou sensação, também, em alguns casos, e mais raros, poderia ser traduzido por sentimento, ou sensível. “*Sense*” também pode ser traduzido por sentido, ou senso, trazendo a ideia de significado – como por exemplo na expressão “senso comum”. Por isso, dependendo do contexto a tradução desse termo poderá ser modificada.

de imediatamente apreender esta complexidade. Mas isto é por demais inferencial. Estamos, naturalmente, diretamente cientes das qualidades sensoriais¹⁵ [*sense-qualities*] assertivas no percepto (embora no percepto mesmo, elas não estejam de forma alguma separadas do objeto como um todo), mas quanto ao seu ser, estão inicialmente desconectadas e não objetivadas, esta é a teoria psicológica.

7.625. Assim, dois tipos completamente diferentes de elementos irão compor qualquer percepto. Em primeiro lugar, há as qualidades de sentimento ou sensação, cada qual é alguma coisa explícita e *sui generis*, sendo tais como são sem levar em conta como ou o que qualquer outra coisa é. Em virtude desta autossuficiência, é conveniente chamá-los de elementos de “Primeiridade”.¹⁶ No percepto, estes elementos de Primeiridade são percebidos para ser conectados de maneiras específicas. Um percepto visual de uma cadeira tem uma forma precisa. Se é amarela com uma almofada verde, é bem diferente de ser verde com uma almofada amarela. Estes aspectos são percebidos diretamente, e a percepção de cada um deles é uma percepção de dois objetos opostos de uma vez só – uma dupla conscientização. Em relação a cada uma dessas associações, uma parte do percepto aparece como se o fizesse *relativamente a uma segunda parte*. Por isso, é conveniente chamá-los de elementos de “Segundidade”. A vivacidade com a qual um percepto se destaca é um elemento de segundidade, porque o percepto é vívido com relação à intensidade de seu efeito sobre o percebedor. Esses elementos de segundidade trazem consigo a peculiar singularidade do percepto. Essa singularidade consiste em uma dupla exatidão¹⁷ [*definiteness*]. Por um lado, o percepto não contém lacunas em branco que, ao representá-lo, somos livres para preencher como quisermos. O que quero dizer pode ser verificado se nós considerarmos qualquer conhecimento que possamos ter do futuro. Ouvi alguém dizer que a ponte do Brooklyn cairia algum dia. A única maneira na qual alguém poderia até pensar que saberia que isso iria acontecer seria saber que qualquer ponte, que eu pudesse selecionar, ao ser construída de uma certa maneira, iria cair. Não existe tal universalidade sobre a percepto. Ele é muito individual. Por outro lado, a precisão do percepto é de um

15 N.T.: Optou-se por traduzir a expressão “*sense-qualities*” sempre por “qualidades sensoriais”, outra opção de tradução possível seria “qualidades de sensação”; além “qualidade sensível” na tradução feita por Ivo Ibri de outro trecho do texto Peirce onde ele utilizou esta expressão, a saber, em CP 6.197. (Cf. IBRI, 2015, p.132).

16 N. Ed. CP: As versões psicológicas das categorias de Primeiro, Segundo e Terceiro de Peirce são discutidas no CP 7.524-538, e as categorias em geral são tratadas no CP 1.

17 N.T.: Tradução de “*definiteness*”, termo que deriva de “*definite*”, literalmente, definido; i.e., preciso e exato, que tem como sinônimo tanto *exactitude* e *definitude*, como *determination* – no sentido de determinado, delimitado e restrito. Como não existe em português o correspondente categorial de substantivação de “*definiteness*”, que poderia ser algo como “*definidade*” – para se evitar um neologismo, optou-se por traduzir “*definiteness*”, ora por “exatidão”, ora por “precisão”, conforme o contexto do sentido da oração.

N.T.: No original “*positive*”, que no contexto da oração carrega o sentido de certo, mas não como sinônimo de correto ou bom, mas sim, no sentido de enfático, explícito, expresso sem dúvida, confiante, que não se admite oposição, dúvida ou negação, estipulado, acertado, definitivo.

tipo perfeitamente explícito. Em qualquer conhecimento de algo passado, ele é, por assim dizer, mantido em reserva. Há uma lacuna indicada que nós não somos livres para preencher, mas que outras informações poderão preencher. Sabemos que a Esfinge foi feita por algum rei do Egito. Mas qual? O percepto, entretanto, exhibe-se a si mesmo completamente. Esses dois tipos de exatidão, em primeiro lugar, de que o percepto não oferece qualquer liberdade a quem quer que se comprometa a representá-lo, e, em segundo lugar, de que ele não reserva a si mesmo nenhuma liberdade para ser de um modo ou de outro modo; que tomadas em conjunto, constituem essa completa ausência de “amplitude”, que é chamada de *singularidade*, ou solitude do percepto, por um lado, tornando-o individual, e por outro lado, tornando-o enfático [*positive*]¹⁸. O percepto é, ainda, um todo e indiviso. Ele tem partes, no sentido em que no pensamento pode ser separado, mas ele não se representa a si mesmo para ter partes. Em seu modo de ser como um percepto, é um todo único e indiviso.

7.626. O percepto não é a única coisa que normalmente dizemos que nós “percebemos”. E quando eu declaro acreditar apenas no que eu percebo, claro que não me refiro a *perceptos*, já que perceptos não são sujeitos a crença ou descrença. Quis dizer *juízos perceptivos*. Dado um percepto, este percepto não se desrevera a si mesmo, pois descrição envolve análise, enquanto o percepto é um todo e é indiviso. Mas uma vez tendo um percepto, posso contemplá-lo, e dizer a mim mesmo: ‘aquela parece ser uma cadeira amarela’, e em nossa linguagem usual seria nós “percebemos” que ela é uma cadeira amarela, embora isto não seja um percepto, mas um juízo sobre um percepto presente.

7.627. O juízo perceptivo é tudo, mas o é na mesma relação para com o conhecimento e a crença que o percepto. É verdade que eu posso, por um esforço de vontade, abster-me de pensar sobre a cor da cadeira, de modo que o juízo “a cadeira parece amarela” não é incondicionalmente forçado sobre mim e, portanto, pode parecer que não participa totalmente do caráter da percepção. Pode-se, no entanto, escapar do próprio percepto fechando-se os olhos. Mas, se alguém ver, não pode evitar o percepto, e se alguém *olhar*, não pode evitar o juízo perceptivo. Uma vez apreendido, ele absolutamente se impõe à admissão. Sua falha de firmeza, é, portanto, excessivamente leve e de nenhuma importância lógica.

7.628. Aproximadamente na mesma disposição, sua força fica aquém da total irracionalidade do percepto. O juízo perceptivo declara representar o percepto. Uma defesa lógica disto teria de ser fundada, portanto, quer no percepto enquanto premissa desta defesa lógica, quer no percepto enquanto um fato representado por tal premissa. Mas o percepto não pode ser uma premissa, uma vez que não é uma proposição. E uma declaração do caráter do percepto teria de repousar sobre o juízo perceptivo: ao invés disso, naquilo. Assim, o juízo perceptivo não representa o percepto *logicamente*. Em qual modo inteligível, então, ele representa o percepto? Não pode ser uma *cópia* dele, pois, logo que ele aparece, ele não se assemelha

18 N.T.: No original “*positive*”, que no contexto da oração carrega o sentido de certo, mas não como sinônimo de correto ou bom, mas sim, no sentido de enfático, explícito, expresso sem dúvida, confiante, que não se admite oposição, dúvida ou negação, estipulado, acertado, definitivo.

ao percepto de forma alguma. Só resta uma maneira que se pode representar o percepto, a saber, como um índice, ou verdadeiro sintoma, assim como um cata-vento indica a direção do vento ou um termômetro a temperatura. Não há garantia de que o juízo perceptivo seja realmente um índice do percepto, a não ser o *ipse dixit* do juízo perceptivo em si. E mesmo que seja assim, o que é um índice ou um sintoma verdadeiro? É algo que, sem qualquer necessidade racional, é forçado por um fato cego a corresponder ao seu objeto. Dizer, então, que o juízo perceptivo é um sintoma infalível do caráter do percepto significa apenas que de alguma maneira inexplicável nós nos encontramos impotentes para recusar nossa admissibilidade a ele na presença do percepto, e de que não há contestação vinda dele. Assim, a firmeza do juízo perceptivo fica aquém da pura irrazoabilidade do percepto somente na medida em que ele afirma representar o percepto, ao passo que a perfeição da surdez do percepto consisti na medida mesma em que ele não declarar nada.

7.629. O juízo perceptivo, portanto, não cumpre com precisão a condição de firmeza nem a de irracionalidade, como deveria fazê-lo, por ser estritamente considerado um produto da percepção. Mas as diferenças são tão mínimas e tão insignificantes logicamente que será conveniente negligenciá-las. Talvez me seja permitido inventar o termo *percipuum*¹⁹ para incluir tanto o percepto quanto o juízo perceptivo.

7.630. Eu prometi mostrar que um juízo perceptivo é completamente diferente de um percepto. Se é verdade, tal como minha análise mostra, que um percepto contém apenas dois tipos de elementos, os de primeiridade e os de segundidade, então o grande ponto de diferenciação é que o juízo perceptivo declara representar alguma coisa, e por isso mesmo representa alguma coisa, seja verdadeiramente, ou falsamente. Esta é uma diferença muito importante, uma vez que a ideia de representação é essencialmente o que pode ser chamado de elemento de “Terceiridade”, ou seja, envolve a ideia de determinar uma coisa para se referir a outra coisa. O elemento de segundidade no percepto consiste no fato de uma parte ser relativa a outra. Mas o percepto apresenta-se já pronto, e não contém nenhuma ideia qualquer do estado de coisas que estão surgindo. Há uma demonstração matemática rígida (que não posso dar aqui) de que a ideia de Primeiridade, ou de uma talidade²⁰ enfática, e a

19 N. CP: Formado do *percipio* em analogia ao *praecipuum* do *praecipio*. Estou bem certo de que seria bom se os filósofos fossem mais ousados em formar novas palavras em vez de darem aos antigos nomes tantos significados. E se usássemos palavras que terminassem em *-cept* para diferentes tipos de aquisição de cognição? Haveriam boas palavras em latim: *accept*, *antecept*, *decept*, *except*, *incept*, *intercept*, *occept*, *precept*, *suscept*, além de muitas outras bastantes sustentáveis.

20 N.T.: Tradução de “*Suchness*”, termo de difícil tradução, pois se trata de um neologismo de substantantização do termo “*such*”, que pode ser traduzido como isto, tal ou tal qual, dependendo do contexto do texto; nesse sentido, poderia ser traduzido tanto como “isticidade”, como também por “talidade”. As duas traduções podem ser encontradas, a saber, por exemplo: “*suchness*” traduzido por isticidade, como o faz Anabela Gradin (e.g.: 2006, p. 185, n. 13), que esclarece que: “*Suchness*, no original, traduzido por isticidade, que me parece oferecer uma ideia correcta do que Peirce tinha em mente quando a escolheu, embora em português esse vocábulo não esteja dicionarizado.” E também a tradução de “*suchness*” por “talidade”, como encontrada em Ibrí (e.g.: Cf. 2015, p. 31). Todavia, há outro neologismo utilizado por Peirce, a saber, “*Thisness*” (e.g.: CP 1.341) e que já foi traduzido por “isticidade” (e.g.: Cf. SALATIEL, 2008, p. 122-3),

ideia de Segundidade, ou a de uma coisa se referindo a outra, não possam ser, de modo algum, combinadas para produzirem a ideia de uma coisa A, referindo-se a uma segunda coisa B, no próprio ato de se referir a uma terceira coisa C.²¹ Este é o elemento de Terceiridade, ou mediação, que envolve, obviamente, a concepção de representação *de* algo *para* alguém. Em um juízo perceptivo a mente alega dizer ao próprio futuro da mente qual é o caráter do percepto presente²². O percepto, ao contrário, tem autonomia e não faz afirmação de nenhum tipo.

7.631. Existem vários outros pontos de contraste entre o juízo perceptivo e o percepto que são calculados para exibir suas disparidades. O juízo “esta cadeira parece amarela”, separa a cor da cadeira, fazendo de um, o predicado, e do outro, o sujeito. O percepto, por outro lado, apresenta a cadeira em sua totalidade e não faz qualquer análise.

7.632. Vimos que a “singularidade” do percepto é um composto de dois modos de precisão. O primeiro consiste no fato de que seu fiel e absoluto intérprete não tem permissão de liberdade perante ele, pois tudo está prescrito. Mas o juízo perceptivo “esta cadeira parece amarela” tem em mente vagamente um monte de coisas amarelas, das quais algumas foram vistas, e um sem número de outras coisas podem ou poderiam ter sido vistas, o que significa dizer que: “tome qualquer coisa amarela que você goste, e você vai encontrar, ao compará-la com esta cadeira, que elas correspondem entre si, no que diz respeito a cor.” Assim, isto convida diretamente ao exercício de liberdade de escolha por parte do intérprete (qualquer coisa amarela que corresponda, tanto quanto qualquer outra coisa), na qual a liberdade do percepto severamente e estupidamente impede.

7.633. O outro modo de precisão do percepto consiste no seu explícito perfeccionismo. O juízo perceptivo pronuncia a cadeira amarela de maneira desprezível. Pode não considerar qual seria o tom particular, o matiz, a pureza do amarelo. O percepto, por outro lado, é tão escrupulosamente específico que faz desta cadeira diferente de qualquer outra cadeira no mundo, ou melhor, ele faria assim se ele se dispusesse a quaisquer comparações.

7.634. Pode-se objetar que os termos do juízo se assemelham ao percepto. Consideremos, primeiro, o predicado, “amarelo”, no juízo de que “esta cadeira parece amarela”. Esse predicado não é a sensação envolvida no percepto, porque é geral. Ele nem sequer se refere particularmente a este percepto, mas a uma espécie de fotografia composta de todos os amarelos que foram vistos. Se ele se *assemelha* ao elemento sensorial do percepto, essa semelhança consiste apenas no fato de que um novo juízo irá predicar o percepto, assim como este juízo o faz. Isto também desperta na mente uma imaginação envolvendo um elemento sensorial. Mas, levando todos esses fatos em conta, descobrimos que não há relação entre o predicado do juízo perceptivo e o elemento sensorial do percepto, exceto conexões persuasivas.

pois neste caso é clara a relação com o termo “isto” em português; e como “istidade” e “isticidade” são muito parecidas, adotamos a tradução de “*suchness*” por “talidade”, seguindo a escolha feita por Ibri.

21 N. Ed. CP: Cf. 7.537.

22 N.CP.: Não há nenhuma objeção em dizer que “a cadeira aparece amarela” significa que “a cadeira aparece a mim amarela”; mas a referência ao eu futuro é mais pertinente.

7.635. Quanto ao sujeito do juízo perceptivo, como sujeito é um signo. Mas pertence a uma classe considerável de signos mentais, das quais a introspecção pode dar quase nenhuma conta. Não se deve esperar que ele deva fazê-lo, uma vez que as qualidades desses signos enquanto objetos não têm relevância para o seu carácter significativo, pois estes signos apenas meramente desempenham o papel de pronomes demonstrativos e relativos, como “aquele”, ou como o A, B, C, dos quais um advogado ou um matemático se aproveitam para fazer declarações complicadas. De fato, o juízo perceptivo, que eu traduzi por “aquela cadeira é amarela” seria mais exatamente representado assim: “é amarelo”, um dedo indicador apontando tomando o lugar do sujeito.



i!

De modo geral, é suficientemente claro que o juízo perceptivo não é uma cópia, ícone, ou diagrama do percepto; e embora seja impreciso, pode ser considerado como um grau superior da operação da percepção.

7.636. A fim de não prolongar esta discussão, deixo algumas possíveis objeções ao que eu disse sem resposta. A mais séria destas é que um juízo perceptivo pode ser revisto, de modo que há uma certa verificação sobre ele. A investigação deste ponto seria demorada, e não me parece provável que pareça ser de fundamental importância a qualquer um. Uma plena justiça dada a esse assunto envolveria complicações que poucos teriam a paciência de seguir.²³

§4 Um programa

7.637. Assim, tendo formado algum conhecimento acerca das características da percepção, passamos a uma linha de pensamento de que o programa pode ser estabelecido antecipadamente.

7.638. Nenhuma classificação cientificamente valiosa pode traçar uma linha de demarcação entre formas que diferem indefinidamente pouco. Começarei mostrando que este princípio, do qual devo me referir como o “princípio em série”.²⁴ O qual nos obriga a classificar como percepções muitas ideias que não são popularmente consideradas pertencentes a esta classe.

7.639. Pela contínua aplicação do mesmo princípio, eu devo ampliar cada vez mais a nossa noção do que a percepção inclui. Em particular, devo empenhar-me em

23 N. Ed. CP: “*Pode-se objetar que um juízo perceptivo não está tão completamente fora de controle ou cheque tal como eu digo, uma vez que pode ser revisto. Posso de forma negligente pensar ‘esta cadeira parece escarlate’, enquanto, se eu tivesse olhado com mais atenção, eu deveria ter dito ‘parece vermelhão [vermillion]’.* Respondo que sem dúvida os erros podem surgir da inadvertência e, possivelmente, para se ter devidamente em conta esse fenômeno, alguma complicação da minha afirmação seria necessária, mas não pode ser que, por essa razão, seja fundamentalmente errado. O juízo só pode referir-se a um único percepto que nunca pode re-existir, e se eu julgar que ele parece vermelho quando ele não pareceu vermelho, deve-se, pelo menos, reconhecer-se que ele pareceu que parecia vermelho. Não penso que vale a pena seguir adiante com esta objeção”. De páginas alternadas do manuscrito (ver 7. 597, n1).

24 N. Ed. CP: Cf. *Doutrina do Sinequismo* de Peirce, 7.565ff.

trazer à luz clara o fato de que embora o que eu já tenha dito remete à verdade da doutrina da percepção direta, ou “imediate”, do mundo externo – que é ensinada pelos filósofos aristotélicos, por Kant, e pelos filósofos da escola escocesa – contudo, não podemos nos recusar a dar o nome de percepção a muito daquilo que nós corretamente rejeitamos como irreal, como, de fato, os sonhos e alucinações, que são muito comumente classificados como percepções.

7.640. Indo nesta direção, eu devo conduzir à consideração de um certo grupo de ideias – peço permissão para abster-me de especificar de que grupo se trata, por enquanto – que a linguagem comum instintiva se refere como se fosse percepção, mas que, assim que alguém se compromete a ser mais preciso no discurso, normalmente nunca pensará em classificá-la assim. E espero dar uma boa razão para sustentar que, nesse particular, o instinto está correto e o pedantismo está errado. Deste grupo de ideias, no entanto, a grande maioria é ilusória, a pequena minoria é determinadamente verídica e não meramente verdadeira por coincidência casual. O físico se penalizaria se não fosse ele mesmo o último de todos os homens a colocar isto em questão.

7.641. Com este conjunto de ideias, eu prossigo comparando toda a série de alucinações, onde não há nenhuma boa razão para se separar o verídico do não verídico, e na qual há uma boa razão para se considerar que as alucinações são muito mais frequentes do que o censo que a Sociedade de Pesquisa Psíquica admite. Eles as marcaram como se fossem lapsos [*bévue*s] que pessoas comuns cometem, de um a dezenas, diariamente. Em vista dessa comparação e de todas as características que foram desenvolvidas acerca das percepções comuns em seu domínio agora ampliado, devo indagar, a começar do fim, se isto estaria mais de acordo com a experiência geral – para esperar que alguma parcela destas alucinações tenha uma pronunciada tendência a ser considerada verídica, ou que nenhuma destas alucinações devam ser assim consideradas. De onde eu devo passar à duas perguntas que são realmente pertinentes às atuais posições de opinião: em primeiro lugar, se caso admitirmos- o que estaria muito longe de qualquer admissão razoável – que todas as histórias que os telepáticos consideram surpreendentes, e que são sustentadas por testemunhos de grande influência, são histórias reais, deveria, então, haver algum fundamento para se admitir um modo de comunicação entre mentes, e que nesses casos divergem radicalmente dos modos comuns de comunicação. Em segundo lugar, em conformidade com a experiência comum, seríamos extremamente céticos para considerar o caráter verídico de visões ocasionais que estejam para além da compreensão dos sentidos, tal como os físicos simplórios são susceptíveis a serem.

§5 O percipuum

7.642. Se houver alguma novidade na sugestão que estou prestes a fazer – e devo confessar que temo que exista – reside apenas na justaposição de ideias. Os fatos que alegarei são para o psicólogo os mais simples lugares comuns. Na classificação deles eu me esforço para eliminar os pedantismos e os formalismos que são mantidos nos livros por conveniência, mas aos quais os psicólogos não atribuem nenhuma importância particular. E isso eu faço com a aplicação do princípio acima de formar séries quase contínuas, cujo princípio é a principal clivagem dos

taxonomistas biólogos – os grandes mestres da classificação e da terminologia – que estão acostumados a valer-se disto. Dirigindo-me ao leitor, a quem eu ousou dizer que leu um ou dois livros sobre psicologia, mas que não se debruçou o bastante sobre o assunto, a ponto de impedir que ele tenha se impressionado com as mais tangíveis, grosseiras e esmaecidas ideias – ou carcaças de ideias – ao invés das mais elusivas, fluídas e vivas ideias; meu principal cuidado será corrigir tais noções. Se o leitor vier com a cabeça fresca e sem sofisticação, por algumas destas leituras, ele seguirá meu raciocínio mais facilmente.

7.643. Nada podemos saber sobre o percepto a não ser pelo testemunho do juízo perceptivo, exceto pelo fato de que nós sentimos seu golpe, sua reação contra nós, e vemos seu conteúdo organizado em um objeto, em sua totalidade – salvo, ainda, é claro, o que os psicólogos são capazes de fazer inferencialmente. Mas no momento em que fixamos nossa mente sobre ele e pensamos sobre seus mínimos detalhes, é o juízo perceptivo que nos diz o que então “percebemos”. Por esta e outras razões, eu proponho considerar o percepto, tal como ele é imediatamente interpretado no juízo perceptivo, sob o nome de “percipuum.” O percipuum, então, é o que se impõe diante de nosso reconhecimento, sem qualquer razão ou porquê, de modo que se alguém lhe perguntar por que você deve considerá-lo como parecendo assim e assim, tudo o que você pode dizer é: ‘eu não posso ajudá-lo. É assim que eu vejo.’ Por exemplo, uma das mais tolas perguntas que costumava pulular nos tratados de física era por que as coisas aparecem direitas de cabeça para cima, quando nas duas retinas, suas imagens estão de cabeça para baixo; e várias sábias razões, mais ou menos obscuras, foram dadas para explicar sua aparência, tal como o são. Ora, tais argumentos poderiam ter provado que as coisas realmente estão de cabeça para cima, ou talvez elas pudessem ter mostrado quais os fatores fisiológicos e psíquicos que nos fazem considerá-las como se estivessem certas e para cima. Mas se alguém lhe perguntasse por que você *deveria* observar as imagens visuais de cabeça para cima, tal como as coisas mesmas, ao invés de cabeça para baixo, tal como as imagens ópticas sobre as retinas, como você estava legitimado a fazer; sua única resposta possível seria: “Eles *efetivamente* parecem assim, e eu não posso fazê-los parecer de outro modo”, quer seja razoável que eles pareçam assim ou não. Às vezes, quando eu estava sentado num vagão estacionado e um outro trem estava passando lentamente, eu ficava contrariado com a falta de razoabilidade de que parecia como se o meu trem estivesse em movimento e o outro trem estivesse em repouso. Eu tenho argumentado para com a minha percepção. Eu perguntei: “Existe dissonância igual a quando se está em um vagão em movimento?” Não. “Há algum ruído das rodas?” Não. “Existe alguma coisa na aparência de qualquer um dos trens que seria mais como se nós estivéssemos nos movendo, e não eles?” Muito pelo contrário. “Então por que eu tenho a ideia de que aquele trem está em repouso e que somos nós que estamos nos movendo?” Não há resposta, exceto de que isto é o percipuum, e eu não posso evitá-lo.

7.644. Não há diferença entre uma percepção real e uma alucinação, tomadas em si mesmas; ou se houvesse, seria totalmente irrelevante. A diferença é que as previsões racionais baseadas em alucinação serão aptas a serem falsificadas – como, por exemplo, se a pessoa que tem a alucinação espera que outra pessoa veja a mesma coisa – enquanto previsões verdadeiramente sadias, baseadas em percepções reais, são para supostamente *nunca* serem falsificadas, embora não tenhamos nenhuma

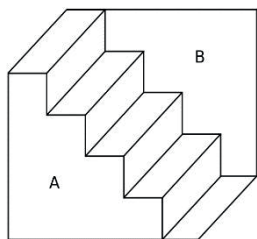
razão explícita para considerar tanto esta quanto aquela. Mas esta diferença, entre alucinações e percepções reais, é uma diferença no que diz respeito às relações dos dois casos com outras percepções: não é uma diferença nas apresentações propriamente ditas. Para os propósitos da psicologia fisiológica, pode ser apropriado e necessário colocá-las em diferentes classes. Esse é um campo da ciência com o qual eu não estou envolvido. Mas, para fins lógicos, isto é, em relação às suas relações com o conhecimento e a crença, que é a preocupação de todo este artigo, devem ser considerados como um só e o mesmo fenômeno, neles mesmos.

7.645. Assim também todas as alucinações, as não-verídicas, as fortuitamente verídicas e as decididamente verídicas, para nós, são, neles mesmos, um só e o mesmo fenômeno.

7.646. Mas isso não é tudo. O princípio serial não nos permite desenhar uma linha dura e rápida de demarcação entre percepção e imaginação. A psicologia fisiológica pode ser motivada ou compelida a separá-los, por qualquer coisa que eu conheça ou me importe. Mas, no que diz respeito à sua relação com o conhecimento e a crença, o percipiuum não é nada além do que um caso extremo da fantasia.

7.647. Todos sabemos, muito bem, aliás, o quão terrivelmente insistente pode ser a percepção; e, no entanto, por tudo isso, em seus graus mais insistentes, pode ser totalmente falsa, isto é, não pode caber no conjunto geral da experiência, e ser uma malfadada alucinação. Em outros casos, a insistência do percipiuum pode ser algo como um embuste. Isto é, pode resistir a todas as tentativas inábeis de derrubá-lo, sendo que eles são sempre tão instigantes; e ainda, quando se sabe o truque certo é curioso ver como se é facilmente derrotado. Por exemplo, aquele trem em movimento que parece estacionado, não se moverá; todavia, alguém pode tentar forçá-lo a se mover. No entanto, se alguém olhar para baixo e observar as rodas girarem, em poucos segundos parecerá que começou a se mover. O percipiuum, por mais insistente que seja, não é tão persistente e tão parecido com as coisas, como se pode pensar. Há um famoso desenho de uma vista aérea de degraus dispostos contra uma parede, vistos sob uma perspectiva lateral. Ele é chamado de “Escada de Schroeder” [*Schroeder's Stair*].²⁵ Quando você olha para ele, parece que você está olhando a escada de cima para baixo. Você não pode perceber de outra forma. Continue a olhar para o desenho, e depois de dois ou três minutos a parede de trás da escada irá saltar para a frente e você agora estará olhando para a escada de ponta cabeça, de baixo para cima, e novamente não poderá ver a figura de outra

25 N.T.: O desenho não consta no *Collected Papers*, no entanto para melhor listar o texto decidimos incluir o desenho na tradução.



forma. Depois de um intervalo mais curto, a parede superior, que agora está mais próxima de você, vai voltar para trás, e você estará novamente olhando de cima para baixo. Essas mudanças ocorrerão cada vez mais rapidamente, o ângulo visto de cima, sempre durando mais tempo, até que finalmente, você vai achar que você poderá fazê-lo parecer das duas maneiras. Mas o ponha de lado por um quarto de hora ou menos e você vai achar que você perdeu este poder. Sem dúvida, a repetição frequente do experimento daria um completo controle sobre ele. Você terá assim convertido um percipuum incontrolável em uma imaginação controlável por um breve processo de educação. É uma das dificuldades reconhecidas de toda a medição psicofísica, de que as faculdades rapidamente se tornam educadas em um grau extraordinário. Assim, as cores em contraste, quando devidamente expostas, são incrivelmente vivas. Não se pode ser facilmente persuadido de que não são reais. No entanto, o pesquisador torna-se, com o tempo, quase incapaz de percebê-los. Este é um caso em que o mesmo percurso educacional que dá controle sobre as aparências – que às vezes estão de acordo, e que às vezes não estão de acordo com o conjunto de experiências – só servem para fortalecer a irrefutabilidade daquelas aparências que realmente sempre estão de acordo.

7.648. É uma difícil questão se o princípio sequencial nos permite traçar linhas definidas de demarcação entre o percepto e a quase antecipação, ou digamos, o *antecepto* [*antecepti*], e entre o percepto e a memória recente (permitam-me chamar isto o *ponecepto* [*ponecepti*], uma memória distante e dúbia; não sendo, talvez, bem quase outra coisa?), ou se o percepto é, de uma vez só, um caso extremo de um antecepto e um caso extremo de um ponecepto. Ou melhor, perdoe-me o leitor por minha estranheza de declaração – a pergunta precisa não é sobre o percepto, antecepto e ponecepto, mas sobre percipuum, *antecipuum* e *ponecipuum*, as diretas e incontroláveis interpretações do percepto, antecepto e ponecepto. Certamente não pode haver objeção ao nosso início de discussão, ao perguntarmos o que o enunciado [*deliverance*],²⁶ de um fluxo do tempo, digamos, por exemplo, do movimento de uma estrela cadente, tem a ver com esta questão; pois esta investigação não pode resultar em se saber menos sobre a questão principal do que antes. Os psicólogos pensam que isso não nos fará saber mais nada, ou porque a questão não é que o percipuum representa a natureza das transformações de *antecipuum* num *percipuum*, e de *percipuum* num *ponecipuum* por vir, mas o que de fato eles realmente são. E se observará, que ao colocarem esta questão, os psicólogos estão assumindo que o tempo realmente é tal como se fosse nosso senso comum metafísico, ou melhor, é como a interpretação deles do senso comum metafísico, representado para ser assim. O que eles questionam é se o percipuum está de acordo com os fatos; isto é, com a interpretação deles do conjunto geral da experiência; ou, uma vez que a experiência não é senão a interpretação da *percipua* [percebido], o que eles duvidam é se o percipuum concorda com uma interpretação de uma interpretação dele mesmo, assim como se pergunta se o Testamento Grego concorda fielmente com a Versão Autorizada, se Jesus era um bom cristão e podia assinar os trinta e nove artigos, ou se Platão, Isócrates, Tucídides e o resto dos

26 *Deliverance* pode ser traduzida por declaração, veredicto, enunciação, embora também tenha uma clara conexão com o termo *delivery*, donde obtém-se o sentido mais usual na atualidade de entrega ou parto.

prosadores daquele período escreviam boa gramática e coisas do gênero.²⁷ Temo em não poder acompanhá-los até essa profunda e obscura exploração.

7.649. Se desejamos saber qual é o percipuum do curso do tempo, tudo o que temos a fazer é nos abster de sofisticá-lo, e será suficientemente simples. Nada mais do que o momento presente nos confronta diretamente. O futuro, por mais pequeno que seja, pode ser conhecido apenas pela generalização. O passado, por pouco passado que possa ser, carece da explicitação do presente. No entanto, no momento presente estamos diretamente conscientes do fluxo de tempo, ou em outras palavras, que as coisas podem mudar.²⁸ Vários outros pontos são claramente apresentados no percipuum, mas eles estão implícitos no que foi afirmado. Escolas diversas de filosofia mantêm este testemunho do percipuum como sendo contrário à razão sã, e conseqüentemente, ou o estabelecem como falso, ou concluem que os fatos são realmente absurdos, ou ambos. Mas me ocorre que enquanto não é o papel dos fatos se conformar com o que M ou N podem aprovar enquanto raciocínio sólido, é o papel da lógica de M e N se conformar aos fatos.

7.650. Para desdobrar completamente todas as implicações do enunciado [*deliverance*] do percipuum de modo a demonstrar a precisão da interpretação exigiria um pequeno tratado, se escrito no estilo inglês, ou três vezes maior se fosse em alemão. Mas vou me esforçar para resumir o resultado desta discussão, de modo a torná-lo toleravelmente compreensível.

7.651. Kant acertou em cheio quando disse que cada parte de um lapso de tempo era um lapso de tempo. Mas aqui, tal como em muitas partes de sua filosofia, Kant não se entendia muito bem, e imaginou que ao dizer que toda parte de um tempo é um tempo, ele havia dito apenas que o tempo era infinitamente divisível.^{29 30}

7.652. Mas embora Kant tenha confundido a ideia de que o tempo, enquanto “intuído” (para usar sua linguagem, pois ele próprio traduz seu *Anschauung* pelo latim *intuitus*), não tem partes que não sejam elas próprias tempos, com a ideia muito diferente de que existe uma maneira de se dividir o tempo a ponto de nunca se chegar a uma parte derradeira (embora essas partes possam existir), mas seu raciocínio, tomado como um todo, é consistente apenas com a ideia de que o tempo como intuído não tem partes derradeiras [*ultimate*], ou instantes. Desta opinião, eu compartilho, substituindo o percipuum por sua intuição. Assim, o que os matemáticos chamam de “continuidade” torna-se, para mim, “pseudo continuidade”.

7.653. Naturalmente, se não existe alguma coisa como um instante absoluto, não há nada *absolutamente presente*, nem temporariamente, nem no sentido de confronto.

27 N. CP: Eu próprio fui severamente chamado a atenção, diminuído, reprimido, colocado na minha real insignificância por um eminente lógico francês, por ousar falar depreciativamente de tão sublime obra de gênio como a álgebra dos duais relativos, esta álgebra vindo a ser uma coisa da minha própria invenção.

28 N. Ed. CP: Cf. 5.205, 6.109-110.

29 N. Ed. CP: No *Monist*, julho, 1892, eu o segui neste mal-entendido, minha noção de continuidade na época estava bem longe de ser clara. Cf. 6.120ff. Peirce: CP 7.651.

30 N. Ed. CP: O editor suprimiu a longa passagem sobre continuidade, pois esta edição já abarca esse assunto em CP 6.120 e 6.174ff.

De fato, estamos assim aproximados à doutrina do Sinequismo, que é aquela em que os elementos de Terceiridade não podem ser inteiramente evitados. O momento presente será um lapso de tempo, altamente confrontante, quando olhado como um todo, parecendo assim absoluto, mas quando considerado de perto, visto não tão absolutamente, suas partes anteriores são algo da natureza da memória, um pouco vagas, e suas partes posteriores são um pouco da natureza da antecipação, um pouco generalizadas. Elas contêm uma parte central que está ainda mais presente, continua ainda mais confrontante, mas que apresenta as mesmas características. Não há absolutamente nada que seja absolutamente confrontante; embora seja bem verdade que o confronto está fluindo continuamente sobre nós.

7.654. Eu declaro, mas não mostro, que se minha declaração do que eu chamo de parte essencial da enunciação [*deliverance*] do percipuum for fiel à interpretação, então a interpretação dada é demonstradamente a única possível. Mas, embora eu não tenha realmente demonstrado isto, vou mencionar algumas características secundárias da enunciação [*deliverance*] do percipuum que fortemente tendem a confirmar a interpretação.

7.655. É uma tal enunciação [*deliverance*], que qualquer multiplicidade de acasos, não muito grandes para serem sucessivos em qualquer sentido, possa ocorrer em qualquer lapso de tempo, por mais que seja curto. Ora, duas coisas são demonstráveis (embora novamente eu retenha as demonstrações). Uma é que *nenbuma* multiplicidade é tão grande que impeça que uma coleção de objetos dessa multiplicidade seja organizada linearmente.³¹ A outra é que não há multiplicidade máxima. Segue, então, da enunciação [*deliverance*] que acaba de ser indicada, que as possíveis divisões mutuamente exclusivas de qualquer tempo, por mais curtas que sejam, excedem toda a multiplicidade. Nesse caso, o tempo não só não pode ter meramente a pseudo continuidade da quantidade – uma vez que a multiplicidade de quantidades³², é conhecida como sendo apenas a segunda de um sem fim de séries de graus de infinitas multiplicidades – mas ele não pode ser composto por instantes de maneira alguma (já que poderia muito bem ser e ainda assim exceder enormemente a diferenciação de quantidade) uma vez que toda a coleção de tais instantes teria uma multiplicidade.

7.656. Outra evidente enunciação [*deliverance*] do percipuum é aquele momento que se dissolve dentro do momento. Ou seja, momentos podem estar tão relacionados que não são totalmente separados, e, no entanto, não são os mesmos. Obviamente, isso seria assim de acordo com nossa interpretação. Mas se o tempo consiste de instantes, cada instante é exatamente o que é, e é absolutamente nenhum outro. Em particular, quaisquer duas quantidades reais diferem por um montante finito.

7.657. Ainda há outra enunciação [*deliverance*] do percipuum, que é que cada intervalo de tempo tem um começo e um fim, um momento inicial e um momento terminal; isto é, um momento antes do qual não há momento de intervalo e um momento após o qual não há nenhum momento de intervalo. Isso também é obviamente verdade em nossa interpretação; e onde o momento derradeiro é jogado fora, ou seja, não considerado como pertencente ao intervalo, ainda que o que restou teria sido um momento derradeiro. Se apenas um momento fosse jogado

31 N. Ed. CP: Cf. 3.567, 4.639ff.

32 N. Ed. CP: Isto é, números reais.

fora no final, o novo momento derradeiro não seria assim tão diferente do que teria sido o último momento. Certamente, a expressão “apenas um momento”, só pode ser entendida num sentido relativo. Isto combina precisamente com o *percipuum*, segundo o qual, se a partir de uma linha finalizada, o ponto derradeiro for jogado fora, o que ainda restar tem um término que é substancialmente idêntico ao antigo término. Apelo à consciência do leitor para dizer se não é assim mesmo. Mas se o tempo é composto de instantes, e se o último instante de um intervalo for jogado fora, o intervalo será deixado *sem um último* [*without any last*]. Pois, se tivesse algum, então, antes do último ter sido jogado fora, não haveria nenhum instante entre este último original e o instante que se torna o último após o descarte. Mas dizer que não há um momento entre dois momentos distintos é extraordinariamente em conflito com o *percipuum* para que qualquer homem razoável aceite. Tal noção seria explodida em uma dúzia de maneiras.

7.658. Já neste momento, enquanto eu não esgotei meu provimento de motivos para pensar a enunciação [*deliverance*] do *percipuum* com relação ao fluxo do tempo, que deve ser interpretado tal como eu digo. Ainda que eu tenho dito o suficiente para convencer qualquer pensador de grau avançado – ou quase para convencê-lo até quanto sua cautela permitirá que ele seja convencido, e até que ele tenha tido tempo para reconsideração. Mais confirmações aparecerão em breve; mas podemos voltar agora para a questão se o testemunho do *percipuum* é verdadeiro ou não. É óbvio que um *percepto* não pode ser falso, uma vez que não faz nenhuma assertiva e não é uma proposição, seja indicativa, interrogativa, optativa, imperativa, ou de qualquer modo que seja; e alguns filósofos pensam hoje o contrário. É realmente uma das observações desse intento que mesmo uma alucinação não é falsa. Isso me salvaria de problemas na minha atual argumentação se eu pudesse tomar esse atalho para a verdade; mas temo que não consiga fazê-lo.

7.659. Devemos entrar por alguns momentos no campo da metafísica. Pois nós estamos inquirindo como as coisas realmente são, seja o que for que possamos pensar delas. O que é realidade? Não haveria tal coisa como a verdade, a menos que houvesse algo que é como é, independentemente de como possamos pensar que ela seja.³³ Esta é a realidade, e temos de indagar qual é a sua natureza. Nós falamos de *fatos duros*. Nós desejamos que nosso conhecimento se conforme aos fatos duros. Ora, a “dureza” do fato reside na insistência do *percepto*, sua insistência inteiramente irracional – o elemento de Segundidade nele. Esse é um fator muito importante da realidade. Mas esse fator não está confinado ao *percepto*. Não podemos saber nada sobre o *percepto* – mas apenas experimentá-lo em sua totalidade, – exceto através do juízo *perceptivo*, e isso igualmente compele à aceitação sem qualquer razão assinalável. Esta indefensável compulsividade do juízo *perceptivo* é precisamente o que constitui a força da demonstração matemática. Pode-se se surpreender que eu deveria categorizar [*pigeonhole*]³⁴ demonstrações matemáticas

33 N. Ed. CP: Cf. 8,12ff.

34 N. T.: *Pigeonhole* significa literalmente casa-ninho de pombo, e dá nome à caixa de correio e escaninho, gaveta, o que levou à conotação metafórica da expressão no sentido de classificação, categorização, estereótipo, compartimento. Há também um teorema matemático que leva este nome.

de coisas absurdamente obrigatórias. Mas é a verdade que o nó [*nodus*] de qualquer prova matemática consiste precisamente em um juízo, em todos os aspectos similar ao juízo perceptivo, exceto que ao invés de se referir a um percepto forçado sobre nossa percepção, ele se refere a uma imaginação de nossa criação. Não há mais o porquê ou o quê sobre o juízo perceptivo, “Isto que está diante dos meus olhos parece amarelo.” Para mostrar isto eu devo tomar um exemplo de uma prova matemática, e para o conforto do leitor eu tomarei um extremamente simples. Ao mesmo tempo, deve ser de natureza tão abstrata quanto o possível, ou poder-se-ia dizer que quer a matemática intuitiva seja perceptual ou não, isto não seria a natureza de todas as matemáticas.

7.660. Começarei com a seguinte premissa, que é verdadeira para todos os números: se qualquer predicado, P , for verdadeiro para o número 0, *zero*, mas não para todos os números, então deve haver dois números M e N , tais que N é o número maior próximo de M , e P , enquanto é verdadeiro sobre M , não é verdadeiro sobre N .

7.661. A partir disto eu procedo a provar, em primeiro lugar, que não há número, exceto zero, que não seja o número maior próximo de algum número além dele mesmo. Pois se existisse tal número, chamá-lo-ia de A . Então o predicado “não é A ” seria verdadeiro para 0 (já que A é supostamente diferente de 0), mas não para todos os números (já que não seria verdadeiro para A). Ainda assim, não haveria nenhum número para o qual seria verdadeiro que não fosse A , enquanto houvesse um número maior próximo a este número, do qual isto não fosse verdadeiro (uma vez que A é, por hipótese, não o maior número próximo de qualquer outro número do que dele mesmo).

7.662. Vou ainda provar a partir da mesma premissa de que não há número, exceto zero, que não possa ser alcançado a partir de zero, por uma multiplicidade finita de passos sucessivos, cada um passando de um número para um número maior, próximo a ele. Por multiplicidade “finita” entende-se a multiplicidade de qualquer conjunto [para a qual, esse conjunto] sendo substituído por “*Hotentote*”, no seguinte silogismo, este silogismo seria válido:

Cada Hotentote mata um Hotentote;
Nenhum Hotentote é morto por mais de um Hotentote;
Portanto, cada hotentote deve ser morto por um hotentote.

7.663. Em primeiro lugar, demonstrarei que, se um único indivíduo se juntar a um conjunto finito, o conjunto permanecerá finita. Para este propósito, observo primeiro que as premissas do silogismo acima não dizem nada sobre as diferenças individuais de um único Hotentote. E, portanto, se um recém-chegado for substituído por um dos Hotentotes, a conclusão lógica a ser seguida após a substituição seria a mesma a ser seguida a partir das premissas antes da substituição. (Há outras maneiras de tornar isso evidente.) Agora suponhamos que a tribo foi aumentada por um novo homem. Se o conjunto deixasse de ser finito, as premissas poderiam continuar a ser verdadeiras para os novos Hotentotes (isto é, para tribo, mesmo aumentada) e ainda algum homem poderia escapar de ser morto. Podemos supor por conveniência que este seria o recém-chegado (já que vimos que uma mera substituição de quem mata quem, não faz diferença). Então nenhum Hotentote mata o recém-chegado, mas

todos os hotentotes ainda matam algum hotentote. Logo, ele deve matar um dos antigos hotentotes. Assim como anteriormente, cada Hotentote original mata um Hotentote antigo, e os hotentotes antigos sendo um conjunto finito, cada Hotentote antigo é morto por um Hotentote antigo. Mas nenhum homem é morto por dois homens diferentes, de modo que não há ninguém para o recém-chegado matar. Assim, as premissas não podem ser verdadeiras para o conjunto aumentado, a menos que a conclusão seja verdadeira, que é o mesmo que dizer que o conjunto permanece finito.

7.664. Agora, para retornar aos números, suponha-se que haja um tal número que eu me comprometa a provar que ele não existe. Chame-o de A (ou se houver mais de um, chame qualquer um deles de A). Deixe o predicado, P, ser “é zero ou pode ser alcançado a partir de zero por um conjunto finito de passos de [a] número para [a] próximo número maior”. Este predicado é verdadeiro para zero, mas não para A. No entanto, não há número para o qual seja verdadeiro, mas não seja verdadeiro para próximo número maior, pois supor isto seria supor que um conjunto finito de etapas deixaria de ser finito ao ser acrescido de mais um. Assim, a suposição de que existe um número tal como A é absurda, e a proposição é provada.

7.665. Essas provas são fundadas em nada mais do que uma proposição abstrata. Mas uma proposição abstrata é um sujeito para observação tanto quanto qualquer outra coisa. As provas consistem em implicações de observação que não foram pensadas na proposição tal como foi adotada pela primeira vez. Nossa premissa diz que não importa qual o predicado e qual o número escolhido, ou este predicado é verdadeiro para este número ou não é verdadeiro para zero, ou então, dois números poderiam ser encontrados para cada um deles, que seria o número maior próximo ao outro. E o predicado não seria verdadeiro para um, enquanto não fosse verdadeiro para o outro. Ao pensar nisto nós não pensamos se é ou não possível que haja um número não maior do que qualquer outro. Mas quando isto é sugerido, somos levados a observar que não ser o próximo maior número de nenhum número e também não ser zero é em si um predicado e o negativo de um predicado. Este é o tipo de observação peculiar à matemática, o olhar para as coisas substantivamente, que só foram consideradas transitivamente, ou transitoriamente, a operação da abstração.³⁵ Como sabemos o que é um predicado? Precisamente, tal como sabemos que o que está diante de nossos olhos é amarelo. Podemos, depois do fato, inventar uma fórmula para abarcar o caso, mas ainda assim vai se deixar algo indefeso. É realmente uma compulsão similar à do juízo perceptivo com a qual temos de lidar. Ambos os argumentos passam a ser expressos sob a forma de *reductio ad absurdum*, que é muito apropriada para a matemática ao revelar seu caráter definitivamente irracional. Mas é uma mera forma de declaração. Cada *reductio ad absurdum* pode ser declarado como um argumento direto. A redução dos números do silogismo ilustra, se é que não demonstra virtualmente, esta verdade.

7.666. Mas não é apenas com relação a essa insistência imediata que o real é como é independentemente de como pensamos que ele seja. O futuro é real, assim como o presente, na medida em que é predeterminado; e quem, exceto um homem

35 N. Ed. CP: A teoria observacional da matemática de Peirce é também discutida em vários lugares no CP 4.

doente, negará que ele está predeterminado, pelo menos até certo ponto, se não irrevogavelmente. Com efeito, a tendência da filosofia moderna tem sido seguir a doutrina estoica, de que o futuro é o que deve ser, independentemente – de alguma coisa; eu não penso que está claramente dito sobre o quê. A explicação deste estado de espírito, no que diz respeito aos estoicos, não é difícil. Os primeiros estoicos, em seus esforços para tornar o universo compreensível, tentaram descartar elementos de Terceiridade, com um sentimento mais ou menos inconsciente de navalha de Ockham. Resultando num duro dualismo propício à dura sorte de escravos e dos oprimidos. E com o passar do tempo essa classe e seus descendentes se tornaram mais influentes, uma moralidade severa, que é essencialmente dualista, floresceu naturalmente em meio à revolta hedionda daquela época, enquanto a terceiridade foi totalmente empurrada para longe. O principal rival do estoicismo, o epicurismo, procurou se dar bem com sua filosofia, mesmo sem elementos de segundaidade. Por volta de 1600, eram os realistas escolásticos que eram os defensores da terceiridade, mas a oposição a eles, e à sua nova doutrina, feita pelos seguidores de Escotos [*dunsical*],³⁶ além da terrível corrupção na universidade, desagradaram os novatos. Consequentemente, a luta foi entre Gassendi, o epicurista, e Descartes, o autêntico estoico, embora inconscientemente. Eu me recuso a acreditar que o futuro está inteiramente predeterminado, mas certamente é assim em grande medida. E na medida em que é assim, é independente de tudo do que dele podemos pensar, desejar ou fazer. Tem o tipo de compulsividade que pertence ao raciocínio indutivo, ou investigação experimental, realmente, a mais poderosa força de persuasão que existe. Para a investigação experimental, se estabelece uma hipótese sobre a qual se baseiam as previsões quanto às questões dos experimentos, e se reserva ao experimento futuro a conclusão trazida do bojo do futuro. Este fator de realidade é especialmente proeminente na realidade da personalidade. É o que o homem está destinado a fazer, é o que do futuro está envolto nele que o torna o que ele é.

7.667. A diferença entre a insistência do que está diante de nós e o poder da predestinação é suficientemente manifesta. Mas há um terceiro fator de realidade, diferente de qualquer um desses. O passado também é real, – *alguma coisa* nele, pelo menos. O futuro o extirpa, mas o elemento explícito é peculiar. A memória seria nada mais que um sonho, se não fossem as previsões que são baseadas nela, e nela verificadas. Quando pensamos quão suaves e emaranhados devem ser os fragmentos finais dos sentimentos dos quais a memória constrói seu mosaico, somos compelidos a compará-los às conjecturas. O poder de performance dessa façanha, que é o poder do passado, é de uma suave compulsividade.

7.668. Existem três elementos da realidade: aquele pelo qual surgem ideias que se ocultam em consonância com a massa de ideias. Aquele pelo qual uma ideia age diretamente sobre outra. Aquele que força sem erradicar uma parte das ideias e fortalece o resto.

36 N.T.: Segundo Peirce “dunsens” ou “dunces” era o nome pejorativo que os “humanistas” davam aos seguidores de João Duns Escotos [Scotus/ Scotol] – John Duns Scotus – que dominaram as universidades no final do séc. XVII. Cf. CP 1.17-18; 2.166-8, 1902, apud: BOLER, 2004. p. 58.

7.669. Para indicar a questão de outra maneira: uma ideia, uma suposição, surge em minha mente. Recomenda-se a si mesma a mim, mais ou menos à força, como algo razoável. O fato de que ela se recomenda a si mesma a mim, mais ou menos, certamente garante uma concordância bastante próxima com o que mentes sensatas (razoáveis) recomendariam a si mesmas, bem como à quase-mente por trás das questões do futuro. Esta ideia age sobre outras ideias e absolutamente me força a dizer que ela requer certas coisas que aconteçam no futuro. Os eventos futuros virão a acontecer, e em parte negam minha suposição, e em parte a confirmam. Eu não sei qual ideia podemos formar da realidade, exceto que é essa força tríplice, ou o que o real pode ser, exceto que todo o processo tende, tal como esperamos, a induzir nossos pensamentos a apoiar-se sobre ele.

7.670. Tal é a natureza do real, uma vez que o percipuum confessa conter um *vestígio* [*souççon*] de memória, isto é, de uma conjectura, bem como um *vestígio* [*souççon*] à vista, ou assistindo para ver se o futuro vem tal como o esperado. Deve ser confessado que de acordo com o próprio relato do percipuum de si mesmo, não só este ou aquele percipuum podem ser falsos - e devem ser assim considerados no caso de equívocos, senão de alucinações - mas é mesmo concebível que todas as *percipua* deveriam conter um elemento falso, continuamente refutado pela iminente *percipua* pura que se aproxima, embora estas *percipuas* frescas introduzam continuamente a mesma falsidade outra vez.

7.671. Mas é notável que, se não aceitarmos o relato de si do próprio percipuum, mas sustentarmos que o tempo é composto de instantes absolutos, então parece que não há nada que a verdade empírica possa significar, exceto em concordância com o que é dado nestes instantes, e neste caso, de modo algum uns atestam sobre os outros ou se referem uns aos outros. Se for assim, uma percepção deve ser absolutamente verdadeira. Se assim for, um percepto deve ser absolutamente verdadeiro. Aqui, então, temos uma testemunha que demonstra: “Há uma certa dúzia de falsidades em meu depoimento, eu sei”, e uma grande e influente parte de filósofos que protestam: “Ah, nada disso! Qualquer coisa que você atestar é verdade absoluta.”

7.672. Suponhamos, no entanto, que alguma falácia se esconde aqui, e que a doutrina da consciência instantânea não exige logicamente uma aceitação absoluta à todas as representações da percepção. Ainda assim, deve-se admitir que o único método para averiguar a verdade é repetir este trio de operações: conjectura; deduções das previsões da conjectura; testando as previsões por experimentação (não necessariamente o que é assim chamado tecnicamente, mas é essencialmente a mesma coisa – julgamento [*trial*]).³⁷ Nós, portanto, repousamos, necessariamente, sobre o poder que o homem tem em adivinhar a verdade. Deixe-o analisar a questão na medida do exequível; e dê a ele palpites suficientes (não muito numerosos) sobre cada item simples e, eventualmente, ele vai adivinhar certo. Uma vez que inevitavelmente assumirmos que a mente tem um certo poder de fazer evoluir a verdade a partir de suas próprias entranhas, as ideias naturais, tais como as enunciações [*deliverances*] da *percipua* têm um direito de precedência, e devem ter aderência até que os fatos as contradigam. Mas até agora, todos os fatos de observação estão em extraordinária concordância com a enunciação [*deliverance*] do percipuum, tal como foi acima especificado.

37 N. Ed. CP: Ver livro II, “Método Científico”, no presente mesmo volume.

7.673. Se meu ponto de vista é correto, o tempo é da natureza de um geral. Isto é, pode haver um dia, e um dia é, em virtude de haver uma manhã e uma tarde; e uma manhã ou uma tarde são, em virtude de suas diferentes horas; a hora é, em virtude de seus minutos; e assim por diante, infinitamente. Mas você nunca pode encontrar um tempo indivisível.

7.674. É verdade que podemos imaginar um movimento pendular. O movimento para a direita cessa e o movimento para a esquerda começa. Se o pêndulo é um corpo absolutamente rígido cujas partes são obrigadas a se mover exatamente da mesma maneira, então, se o tempo fosse apenas composto de datas racionais, não precisaria haver nenhuma data em que o movimento da direita terminasse e o movimento da esquerda começasse. Num continuum verdadeiro deve haver um momento comum, mas não um instante absoluto, independente de tudo o que é antes e depois. Olhando para as coisas pela extremidade errada de um telescópio, por assim dizer, isto é, agregando as partes, – certamente há alguma coisa em um momento, totalmente independente do passado e do futuro. Mas examinando este momento sob um microscópio, encontramos este elemento independente dividido em porções, menos independentes umas das outras. Finalmente, chegamos a isto, que embora existem elementos de segundidade – de compulsão irracional – eles fluem sobre nós continuamente; sendo assim, são submetidos, desde o mais tenro início à terceiridade. Tire um tempo considerável – como um dia – e sem dúvida muito acontece nele que não poderia ter sido esperado. Mas se dividirmos o dia em horas, descobrimos que muito do que era inesperado no todo do dia, não é mais do que poderia ter sido antecipado a partir de uma parte. E assim somos levados a dizer que o inesperado vem, não apenas em fragmentos [*driblets*], mas em um fluxo inapreciável.

7.675. Em sua totalidade, então, o percipuum não é um evento absoluto. Não há espaço de tempo presente tão curto que não contenha algo lembrado, ou seja, tomando como uma conjectura razoável, não sem contendo algo esperando para uma confirmação da qual estamos à espera. O elemento peculiar do presente que nos confronta com ideias que se forçam sobre nós sem razão, é algo que se acumula no todo do tempo e se dissipa minuto a minuto no decorrer do tempo examinado.

7.676. Não há percipuum tão absoluto que não possa estar sujeito a possível erro.

7.677. O percipuum é o reconhecimento do caráter do que já passou, o percepto que eu penso que me lembro. A interpretação é forçada sobre nós; mas não há razão nenhuma para que seja assim.

7.678. Mas apenas quando experimentamos uma longa série de fenômenos sistematicamente conectados, é que de repente a ideia do modo de conexão do sistema surge em nossas mentes, e é imposta sobre nós, e não há garantia para isto, e não há nenhuma aparente explicação de como fomos levados a ver isto. Você pode dizer que nós colocamos isto e aquilo juntos. Mas o que trouxe essas ideias para fora das profundezas da consciência? Sobre esta ideia, que surge na experiência de parte do sistema, nós imediatamente construímos expectativas sobre o que está por vir, e assumimos a atitude de observá-las.

7.679. É por este caminho que a ciência é construída, e a ciência seria impossível se o homem não possuísse a tendência de conjecturar corretamente.

7.680. É inútil dizer que a doutrina do acaso [*doctrine of chances*] daria conta de explicar que o homem, em última instância, adivinha corretamente. Pois se houvesse apenas um número N limitado de hipóteses que o homem pudesse formar, de modo que $1/N$ seria a chance de a primeira hipótese estar certa, ainda assim seria um fato notável que este homem só poderia formar N hipóteses, incluindo o número de hipóteses que a experimentação futura confirmaria. Por que as N hipóteses do homem deveriam incluir a hipótese correta? A doutrina do acaso nunca poderia dar conta disto, até que estivesse em posse de estatísticas de hipóteses que seriam inconcebíveis pelo homem. Mas mesmo isso não é o estado real das coisas. É difícil dizer quantas hipóteses um físico poderia conceber para dar conta de um fenômeno em seu laboratório. Ele poderia supor que as conjunções dos planetas tivessem alguma coisa a ver com isto, ou alguma relação entre as fases de variabilidade das estrelas no *(ó) Centauro*, ou o fato de a imperatriz viúva ter explodido seu nariz 1 dia 2 horas 34 minutos e 56 segundos depois que um habitante de Marte ter morrido. A verdade é que muito poucas hipóteses parecerão serem razoáveis ao físico. E a única verdadeira hipótese é usualmente advinda de um pequeno número. Por que é assim? Isso pode ser respondido, muito verdadeiramente, que a experiência nos ensinou que a astrologia, as correspondências, a magia e muitas hipóteses anteriormente consideradas razoáveis, devem ser postas de lado. Sim, mas se o homem primitivo não tivesse tido, desde o início, alguma tendência decisiva a preferir hipóteses verdadeiras, nenhum período de tempo – absolutamente nenhum – teria sido suficiente para educá-lo até o estado de espírito de Aristóteles, em seu livro *Auscultação médica* [*Book of Physical Auscultations*], ridículo, tal como tudo isso nos parece agora. Não, é absolutamente necessário admitir que há alguma conexão original entre as ideias humanas e os eventos que o futuro está destinado a desvelar.

7.681. Mas isso é algo muito parecido com a telepatia. Qual seria a validade da telepatia, se fosse um fato estabelecido. Seria então provado que as pessoas têm alucinações, não muito raramente, e que uma alucinação que acontece não num grande número de vezes (mas com mais frequência de que uma mera coincidência casual poderia explicar) e que coincidissem com a experiência subsequente, de tal forma que atrairia a atenção. Pois, mesmo que exista realmente telepatia, devemos supor, a partir do que sabemos da natureza humana, que a concordância com a verdade tende a ser muito exagerada. Neste caso, a telepatia seria um fenômeno um pouco mais distante da percepção do que as conjecturas pelas quais os físicos frequentemente tomam como a verdade.

§6 Conclusão

7.682. Muito bem, então; aonde toda essa divagação conduz? Ninguém, é claro, nega o *fenômeno* que os telepatas nos apresentam; isto é, que tais e tais histórias são contadas. A única questão é saber se elas devem ser contabilizadas pela operação de causas usualmente ativas em tais fenômenos.

7.683. A doutrina da telepatia não está estabelecida, tampouco está longe do caminho de se estabelecer como uma verdade científica. Visto que entendida como os telepáticos alegam em seus argumentos para defini-la, nega a esperança na qual

se baseia toda a ciência. Se, entretanto, nós a retificamos, a fim de se evitar este caráter explicitamente anticientífico, o que isto significaria? Que muito raramente uma pessoa à distância de outra tenha uma alucinação ou uma convicção explícita, aparentemente irracional, que represente algo que teria acontecido a esta outra pessoa, e isto acaba por ser verídico com uma frequência e a um grau que não sabemos como explicar, o que parece misterioso. Mas a ciência não pode fazer uso de uma proposição tão vaga como esta. Onde está o fenômeno, ou o aspecto de um fenômeno, no qual, se examinarmos de perto, não deveremos encontrar muito daquilo que nossa ciência não possa ainda explicar?

7.684. Não há, no entanto, nenhuma parte do trabalho da ciência que deveria ser de alto grau do que aquela que traz um fenômeno à cognição da ciência. Esse tipo de trabalho, que Chladni fez das pedras caindo, é o que os psiquistas [*psychicists*] estão se esforçando para fazer para alucinações verídicas e coisas do gênero; e eles, sem dúvida, perseverarão até que tenham sucesso. Eu não acho que eles têm mostrado grande genialidade para a pesquisa; mas eles devem ser respeitados pela completa solidão, consciência e constância com que eles têm perseguido este propósito.

7.685. O público em geral não tem uma concepção precisa do que consiste um trabalho de um investigador científico; pois os livros de “ciência popular” não dão uma ideia disso. Mas o público em geral não é tolo ao julgar a natureza humana; e ele é decididamente da opinião que há uma coisa tal como um pedantismo científico que infla com complacência quando pode zombar das observações populares, nem sempre com sabedoria. Devo confessar que nas gerações passadas, cientistas de grande eminência foram às vezes traídos por essa falha. Mas não será assim no futuro. Quanto a Sir William Crooks, suas mais exóticas pesquisas experimentais ainda estavam por vir quando ele exibiu uma abertura de espírito ainda mais admirável. Nem Newcomb, nem Langley eram físicos conhecidos e muito renomados quando eles fizeram o concurso para uma posição proeminente no *Psychical Research Society*; nem tinham alcançado naquela época seus mais brilhantes triunfos experimentais.

7.686. Que escola de filósofos atribui à mente humana os poderes mais maravilhosos? Poder-se-ia supor que seriam os idealistas e espiritualistas; mas é estranho dizer que são aqueles que se vangloriam de serem materialistas e que insistem que nada é real, exceto *massa* [*mass*] e *movimento* [*motion*]. Pois, para sustentar isso, eles são obrigados a dizer que a lei não é nada além de uma invenção da mente humana. Ora, a lei não pode certamente ser encaixada num compartimento de massa, nem num de movimento. Essa é a verdadeira razão para torná-la uma ficção. Não é, pois, de todas as coisas mais maravilhosas, que a mente seja capaz de criar uma ideia para a qual não há nenhum protótipo na natureza, nem nada que se assemelhe a ele, e que, por meio dessa ficção absoluta, possa conseguir prever os resultados de experimentos futuros, e por meio deste poder, durante o século XIX, tem transformado a face do globo? A telepatia, com sua infrequência e habitual enganação (pois não há razão para separar as alucinações verídicas das não-verídicas, como fenômenos essencialmente diferentes) seria uma faculdade insignificante em comparação.

7.687. Por minha parte, não posso aceitar tal teoria. Ela atribui ao homem poderes que ele sabe muito bem que não possui. Parece-me que a único ponto de vista

admissível é que a razoabilidade, ou a ideia de lei na mente de um homem, seja uma ideia pela qual as previsões objetivas são efetuadas – pois todas as teorias físicas se originam de conjecturas humanas, e o experimento apenas descarta o que está errado, e determina valores exatos – deve estar na mente como consequência de seu estar no mundo real. Então, a razoabilidade da mente e a da natureza sendo essencialmente a mesma coisa, não é surpreendente que a mente, após um número limitado de suposições, possa conjecturar o qual é a lei de qualquer fenômeno natural. Até onde esse poder de conjectura pode ir, certamente não sabemos. Nós sabemos, sim, que ela vai longe o suficiente para permitir que os homens já tenham feito progressos consideráveis na ciência. Se isto se estende tanto mais longe ou não, a ponto de que muito raramente uma mente pode saber o que se passa em outra à distância, parece ser uma questão a ser investigada assim que pudermos achar uma maneira de fazê-lo inteligentemente. Eu não acredito que as perguntas podem ser estabelecidas constantemente por desdém a uma ou a outra alternativa.

7.688. É curioso ver como os materialistas, - ou aqueles que são lisonjeados por serem assim chamados, se gabam de estar livres de “crenças”. Realmente, se supõe que eles imaginam que seja possível para um homem conduzir sua vida baseando-a em uma doutrina cientificamente estabelecida. É verdade que um engenheiro, civil, mecânico, elétrico ou químico, é capaz de fazer isso no atual estado avançado da ciência, na medida em que ele tem de lidar com materiais. Mas mesmo um membro de uma dessas quatro profissões – as únicas que podem ser completamente consideradas sob as restrições de aplicação aos princípios científicos – mesmo eles ainda acham que a ciência exata falha em lidar com os homens, isto é, ao considerar o uso no qual sua construção deve ser colocada, ao considerar questões financeiras, ao considerar suas relações com aqueles que devem executar seus planos. Para tudo o mais na vida, crenças não-científicas têm de ser invocados para o presente. E em particular, é precisamente o que continuamos a *acreditar* sobre a telepatia, que é o que todos nós estamos curiosos para saber.

Referências

Dicionários

The WordsWorth Thesaurus. London: Chambers Harrap Publishers Ltd, 1993.

Dictionary.com e *Thesaurus.com*. Disponível em: <<http://www.dictionary.com/>>. Acesso em abril/maio de 2017.

Dicionário Inglês-Português. Antônio Houaiss. Nova edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

Grande Dicionário Houaiss. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#0>> Acesso em abril/maio de 2017.

Dicionário de sinônimos online. Disponível em: <<https://www.sinonimos.com.br/>> Acesso em abril/maio de 2017.

Linguee- Dicionário inglês-português. Disponível em: < <http://www.linguee.com.br/portugues-ingles>> Acesso em abril/maio de 2017.

Dicionário online para 28 idiomas - Oxford University Press. Disponível em: <<http://pt.bab.la/dicionario/ingles-portugues/>>. Acesso em abril/maio de 2017.

Google Tradutor. Disponível em: <<https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR>> Acesso em abril/maio de 2017.

Dicio- dicionário online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>> Acesso em abril/maio de 2017.

Dicionário informal. Disponível em: < <http://www.dicionarioinformal.com.br/>> Acesso em junho de 2017.

Outras Referências

GRADIM, Anabela. *Comunicação e semiótica: o sistema semiótico de Charles S. Peirce*. Beira: Ubianas, 2006.

HAUSMAN, Carl R. *A semiótica de Charles Peirce aplicada à percepção: o papel dos objetos dinâmicos na interpretação perceptual*. (Tradução de Conferência, do inglês para o português, de Henry John Mallett 8º Encontro Internacional Sobre Pragmatismo, Centro de Estudos do Pragmatismo – Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia- Departamento de Filosofia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.). (p.1-30). (Não publicado) (Trechos parcialmente cotejados: 7.619: p.12; 7. 623: p.14; 7.625: p.14-15; 7.643: p. 12-13; 7.648: p.15)

IBRI, Ivo Assad. (2015). *Kosmos. Noetos*. A arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Paulus (reedição atualizada). (7.658: Primeira parte do texto teve o cotejo com a tradução de Ivo Ibri, na p.51).

MISAK, CHERYL. *The Cambridge Companion to Peirce*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SALATIEL, José Renato. *Sobre o Conceito de Acaso na Filosofia de Charles S. Peirce*. (Tese de Doutorado em Filosofia) PUC-SP, 2008. 176 fls.

ROBIM Richard Annotated Catalogue of the Papers of Charles S. Peirce. Disponível em <http://www.iupui.edu/~peirce/robin/robin_fm/toc_fm.htm>, acesso em 10/07/2017.

Tradução em espanhol

PEIRCE, Charles Sanders. *Telepatía y percepción*. Tradução de Ana María Morilla. In: *AdVersus*, X, 25, diciembre 2013/ abril 2014: 178-195. Disponível em: <http://www.adversus.org/indice/nro25/dossier/X-25-09.pdf> e <http://www.adversus.org/indice/nro-26/articulos/XI2605.pdf>, acesso em 15/08/2017.

Referência da imagem

Escada de Schroeder: Imagem disponível em: <http://criptopage.caixapreta.org/secao/ilusoes/ilusoes_1.htm> acesso em 7/05/2017.